



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

-----SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA DE VINTE E TRÊS DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS -----

-----ATA NÚMERO CINCO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS-----

-----Aos vinte e três dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis, e em cumprimento de convocatória emanada nos termos do disposto na alínea b), no n.º 1, do artigo 12º do seu Regimento, reuniu a Assembleia Municipal de Moura, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, em Moura, sob a presidência do seu Presidente efetivo, Senhor André Eduardo Tita Gonçalves, coadjuvado pela Senhora Maria do Carmo Cerejo Gonçalves Sampaio e pela Senhora Maria Fialho Godinho Borrvalho Cabrita, respetivamente Primeira Secretária e Segunda Secretária em exercício. -----

-----Assinaram a “Lista de Presenças” (**Doc.01/05**), para além dos mencionados, os seguintes membros:-----

-----Rodrigo Manuel Lampreia Martins; António José Gonçalves Monteiro; Ana Maria Charrama Farinho; Paula Cristina Barão Ramos; Mário da Costa Daniel; João Augusto Espadeiro Ramos; João António Ramos Diniz; João Francisco Torrado Guerreiro; Maria José Fialho Silva; António José dos Santos Gomes; José Maria Prazeres Pós-de-Mina; Serafina dos Santos Costa Patrício; Maria de Fátima Bastos Ramos Ramalho; José Francisco Lúcio Galego; José António Linhas Roxas de Oliveira; José Manuel Chaparro Neves; Rui Manuel Ramalho Almeida; Natália de Jesus Costa Oliveira Pão-Duro; Tiago António Lucas Batista - Presidente da Junta de Freguesia de Amareleja; Manuel António Patinho Correia - Presidente da Junta de Freguesia da Póvoa de São Miguel; Hélder Manuel Túbal Raposo - Presidente da Junta de Freguesia de Sobral da Adiça; Rita Isabel de Sousa Costa Machado – Substituta Legal do Presidente da União de Freguesias de Moura (Santo Agostinho e São João Batista) e Santo Amador; Helena de Fátima Caeiro Amaro - Presidente da Junta de Freguesia de Safara e José Manuel da Palma Morais - Presidente da Junta de Freguesia de Santo Aleixo da Restauração.-----

-----A Câmara Municipal de Moura esteve representada pelo Senhor Presidente, Álvaro José Pato Azedo e pelos senhores vereadores André Albino Linhas Roxas; José Francisco Calado Banha; Maria Helena Gomes da Costa Pais; Teresa Dolores Soares Infante, Luís Pedro Silva Rico e Rui Pedro de Jesus Rodrigues. -----

Ata N.º 05 – Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Moura, realizada aos vinte e três dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e seis



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

-----Nos termos dos artigos 27º e 28º, do Regimento da Assembleia Municipal, pediram substituição, por um dia, que foi apreciada e aceite pelo Presidente da Assembleia Municipal, os seguintes membros:-----

-----Gabriel Gustavo Boto Ramos tendo sido substituído pelo senhor Rodrigo Manuel Lampreia Martins; José Gonçalo Garradas Valente tendo sido substituído pelo senhor José António Linhas Roxas de Oliveira e Manuel Martinho Franco Lavaredas Bio tendo sido substituído pelo senhor António José Gonçalves Monteiro. -----

-----Nos termos do disposto na alínea c), do n.º 1, do artigo 38º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, o Presidente da União de Freguesias de Moura (Santo Agostinho e São João Batista) e Santo Amador, Francisco Manuel Canudo Sena, por justo impedimento, foi substituído pelo seu substituto legal por si designado, Senhora Rita Isabel de Sousa Costa Machado. -----

-----Às vinte horas constatada a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia, declarou aberta a sessão.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes. Seguidamente, informou que o membro da Assembleia Municipal, Rui Miguel Costa Apolinário, apresentou a sua renúncia ao mandato para o qual tinha sido legitimamente eleito, apresentando a seguinte declaração: **(Doc. 02/05)** -----

-----*“Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal-----*

-----*Eu, Rui Miguel Costa Apolinário, casado, portador do cartão de cidadão n.º 10371849, declara que, de harmonia com o art.º 29.º n.ºs 1 e 2 do Regimento da Assembleia Municipal de Moura, venho por este meio, comunicar a minha renúncia ao mandato como eleito neste órgão com efeitos imediatos. -----*

-----*Trata-se de uma decisão do foro pessoal. -----*

-----*Desejo, a todos os eleitos neste órgão, que produzam trabalho que verdadeiramente consubstancie a defesa do interesse público, o que, orgulhosamente, posso afirmar que sempre fiz. -----*

-----*Com os melhores cumprimentos -----*

Ata N.º 05 – Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Moura, realizada aos vinte e três dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e seis

Assembleia Municipal de Moura | Praça Sacadura Cabral | 7860 - 207 - Moura | Tlf - 285 250 400 | Fax - 285 251 702 |

e-mail: assembleiamunicipalmoura@cm-moura.pt | www.cm-moura.pt



-----Moura, dezasseis de janeiro de dois mil e vinte e seis. -----

-----Rui Miguel Costa Apolinário.” -----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que em cumprimento e de acordo com o ponto um, do artigo vigésimo oitavo do Regimento da Assembleia Municipal de Moura, iniciou funções no órgão deliberativo, o eleito João António Ramos Diniz, em substituição do eleito do Partido Socialista, Rui Miguel Costa Apolinário, o qual convidou a tomar o seu lugar na bancada do Partido Socialista. -----

-----**Tomado conhecimento** da renúncia ao mandato do membro Rui Miguel Costa Apolinário, com efeitos a partir do dia dezasseis de janeiro de dois mil e vinte e seis. -----

-----**INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

-----No uso da palavra o senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que passariam ao período de intervenção do Público. -----

-----**INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que estavam abertas as inscrições para as intervenções do público. -----

-----Tomou a palavra a senhora Albertina Fernandes Oliveira, cumprimentando o senhor Presidente da Assembleia e os demais presentes na Assembleia e prosseguiu referindo que era residente na freguesia de Sobral da Adiça e que a sua intervenção vinha em nome do Grupo dos “Amigos dos Gatos” do Concelho de Moura e passou a ler a sua intervenção (**Doc. 03/05**), solicitando que constasse em Ata. -----

-----“A intenção desta intervenção tem como finalidade dar-nos a conhecer a esta Assembleia. Não somos uma associação, somos simplesmente um grupo da sociedade civil, mais propriamente um grupo de cuidadores que têm em comum um grande amor e respeito pelos animais e que tentam dar um contributo no sentido de reduzir o abandono, o número de animais errantes e as consequências que daí advêm para a saúde pública, para a prevenção de conflitos e para a imagem do Concelho,

Ata N.º 05 – Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Moura, realizada aos vinte e três dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e seis



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

entre outras. É nossa preocupação o bem-estar animal. Através do programa CED (Captura, Esterilização e Devolução de animais especificamente felinos), que teve início em dois mil e vinte e três através da Junta de Freguesia do Sobral de Adiça, pioneira no Concelho e posteriormente, após reuniões com o senhor veterinário municipal em finais de dois mil e vinte e quatro, tivemos luz verde por parte do senhor Presidente da Câmara Municipal para aplicar o programa em todo o Concelho. O grupo tem feito ações de sensibilização junto da população, promovido a adoção de vários animais, maioritariamente gatos bebés que se encontram em risco, prestado cuidados de saúde a animais doentes e assegurando a alimentação de colónias. Para fazer face às despesas, temos tentado angariar verbas através da venda de alguns produtos em mercadinhos e da divulgação na página do grupo nas redes sociais, sendo que maioritariamente as despesas são suportadas por nós. Importa ressaltar que os pedidos de ajuda têm vindo a aumentar à medida que a população vai tomando conhecimento do nosso envolvimento. Temos vários animais (gatos errantes) doentes, e a falta de instalações para os recolher, afim de serem tratados, condiciona muito o seu socorro. Sendo este um concelho com uma área extensa, existindo uma considerável distância, em quilómetros, das freguesias à sede do Concelho, tal facto, limita a nossa intervenção. Nesse sentido, apelamos a todos os Presidentes de Junta de Freguesia do Concelho para que ponham em prática o programa CED nas respetivas áreas, interligados entre si e com a envolvimento do pelouro de Bem-Estar Animal da Câmara Municipal, referindo desde já a abertura que temos tido por parte do Senhor Presidente, através do Gabinete Veterinário. Só assim o resultado da aplicação do programa poderá ser eficaz e abrangente. Acreditamos que esta Assembleia, nas diferentes bancadas partilha das mesmas preocupações no que se refere ao abandono, aos maus-tratos e ao número de animais errantes e, assim, apelamos ao vosso empenho. O sofrimento de vidas não tem cor política. O modo como tratamos os nossos animais define a nossa identidade, assim como a cultura de um povo.”-----

-----No uso da palavra o senhor Presidente da Assembleia Municipal, agradeceu a intervenção da senhora Albertina Oliveira, solicitando que fizesse chegar o documento à Mesa da Assembleia, para que os serviços pudessem anexar à ata e



questionou se havia mais alguma intervenção, solicitando que a pessoa se apresentasse. -----

-----No uso da palavra a senhora Isabel Migas, cumprimentou os presentes e referiu que pretendia complementar o que a colega havia dito e passamos a transcrever o texto: - -----

-----*“O grupo começou porque observámos na rua um abandono cada vez maior desses animais e o problema que era ao nível de saúde pública. Criámos um grupo com o nome “Grupo dos Amigos dos Gatos Concelho de Moura”, se tiverem alguma curiosidade vão ver, estão lá mil e cem pessoas e todos os dias chegam problemas relacionados com estes animais, portanto, há pessoas com quem nós vamos contactando e que nós vamos fazendo chegar as suas preocupações.*-----

-----*Começámos então com este protocolo e com a ajuda da Câmara Municipal a partir do gabinete veterinário e com a ajuda também, não podemos deixar de mencionar aqui a Doutora Rosário iniciámos então a questão das esterilizações e castrações destes animais, sendo que é por aí que se reduz depois o sofrimento destes mesmos animais na rua. Como os números são sempre importantes, até porque são os números que mexem com isso tudo, eu queria referir aqui alguns pontos. No Sobral da Adiça, até porque a Albertina tem imensa experiência e tem disponibilidade para o fazer, já temos cerca de cento e cinquenta animais esterilizados e castrados, em Moura e em dois mil e vinte e cinco, já vamos pelo menos com sessenta gatas. Eu sei que é uma gota, mas é o começo. Para além da questão da esterilização e da castração, temos também a adoção de alguns animais. Em dois mil e vinte e cinco, cerca de quarenta e dois animais bebés, porque as pessoas preferem bebés, foram para adoção, além de que, algumas instituições do Concelho e posso deixar aqui o exemplo da APPACDM, que têm nos seus espaços colónias e tinha uma colónia de quase trinta animais, nós intervimos nas colónias fizemos a esterilização de quase todas as gatas e demos os bebés que lá tinham para a adoção e hoje, praticamente aquela colónia está controlada. O objetivo é ir para os outros espaços que temos na rua, para outras colónias que temos a nível dos bairros, uma vez que temos as colónias sinalizadas. Temos também cuidadoras por colónia sinalizadas, cuja declaração de compromisso dessas cuidadoras já entregámos algumas no gabinete do veterinário, outras tenho*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

para entregar. Queria dizer também que temos feito algumas atividades para fazer face às despesas que são imensas e praticamente são quase todas suportadas por nós.---

-----Algumas das atividades que fazemos é a nossa presença em feiras e fizemos também um cabaz e só para vocês terem uma ideia, lançámos um cabaz durante o Natal para conseguirmos comprar equipamento, nomeadamente armadilhas e jaulas de contenção e em cerca de um mês e meio, conseguimos vender seiscentas e oitenta e duas rifas. O que é que eu quero dizer com isso, é que a população de Moura gosta dos animais, a população de Moura gosta dos gatos e eu penso que é importante até para a imagem do nosso Concelho. Temos um sonho, queremos ver abrigos na rua e queremos ver o respeito destes animais elevado o máximo possível. Queríamos saber e deixamos aqui o repto, se podemos contar convosco. Vamos começar a pedir reuniões com as diferentes Juntas de Freguesia para que à semelhança daquilo que se fez no Sobral da Adiça, se poder implementar a nível das freguesias. No início deste ano já tivemos alguns animais que vieram, por exemplo, da Amareleja, de uma colónia que estava descontrolada, com imensos animais, de uma senhora que cuidava daquela colónia, mas aquilo já estava no limite. Estamos cá, é este o nosso projeto, é este o trabalho que já temos feito e esperamos contar com todos vós. Muito obrigado, Senhor Presidente.”-----

-----No uso da palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal de Moura, Álvaro Azedo, saudou todos os eleitos da Assembleia Municipal, as senhoras e os senhores Vereadores os senhores Presidentes de Juntas de Freguesia e o Público presente e disse: -----

-----“A Câmara Municipal tem tido uma grande preocupação com o bem-estar animal, nos últimos anos temos feito, ou melhor, temos desenvolvido parcerias muito importantes, quer com a SOS Animais e agora também com este grupo de conterrâneas nossas, no sentido de termos mais preocupação em relação aos gatos. De igual forma, também temos tido um trabalho muito próximo, somos associados do CAGIA e o Canil Gatil da ResiAlentejo que também cumpre a missão do Município de Moura enquanto associado e no quadro das nossas responsabilidades. Já houve vários encontros de trabalho e agora no dia cinco de março temos já uma reunião agendada. Vamos tentar com o senhor veterinário municipal no sentido de darmos passos em



frente e continuarmos a trabalhar juntos de igual forma. Também dizer que temos tido da parte de todos, muita cooperação e também compreensão e, de facto, foi bom terem lembrado a senhora veterinária Rosário, porque tem sido de facto extraordinária e tem sido uma parceira a todos os níveis muito próxima, quer da Câmara, quer da SOS Animais e quer também junto das senhoras e gostava de deixar este pequenino apontamento, continuamos a fazer este trabalho de parceria convosco e com a SOS Animais e obviamente, a causa do bem-estar animal é também uma causa do Município de Moura e não tenho dúvidas nenhuma que também terão a cooperação da senhora e dos senhores Presidentes de Juntas de Freguesia.”-----

-----No uso da palavra o senhor Presidente da Junta de Freguesia do Sobral da Adiça, Hélder Raposo cumprimentou o senhor Presidente da Assembleia, o senhor Presidente da Câmara Municipal, os senhores Vereadores, os colegas Presidentes de Junta, restantes eleitos da Assembleia e público. -----

-----Frisou o eleito que em primeiro lugar, pretendia felicitar o Grupo “Amigos dos Gatos” do Concelho de Moura na pessoa da dona Albertina, porque tem sido a pessoa com quem tem trabalhado há mais tempo, saudou e felicitou o trabalho que tem desenvolvido. Prosseguiu mencionando que a Junta de Freguesia do Sobral da Adiça foi pioneira no concelho a implementar o programa CED – Captura, Esterilização e Devolução e frisou que no próximo dia doze, em consulta pública, o regulamento de castração de gatos domésticos, iria ser submetido a aprovação na próxima reunião de executivo e posteriormente iria a reunião de Assembleia de Freguesia. -----

-----Informou ainda o eleito que além deste projeto, também estavam com este grupo, a trabalhar nos abrigos de algumas colónias e que brevemente iriam ter alguns dos abrigos colocados nos respetivos locais, agradeceu e informou que da parte da Junta de Freguesia do Sobral teriam todo o apoio.-----

-----Verificando não haver mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu por encerrado este ponto e passou para o período antes da ordem do dia. -----

-----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

-----No uso da palavra o eleito António Monteiro cumprimentou o senhor Presidente da Assembleia Municipal, o senhor Presidente da Câmara, os senhores Vereadores, os ilustres colegas de bancada e restantes forças políticas representadas, público presente, técnicos e referiu que a bancada do PS pretendia fazer chegar à mesa um Voto de Louvor (**Doc. 04/05**) o qual procedeu à leitura: -----

-----VOTO DE LOUVOR -----

-----“Nos últimos tempos, o País foi afetado pelo que se denominou o “comboio das tempestades”, começando na tempestade de Ingrid e terminando na tempestade Marta, com a passagem da tempestade Kristin e da tempestade Leonardo, fazendo com que o mês de janeiro fosse o mais chuvoso dos últimos 25 anos. Tal sucessão de tempestades fez com que as condições atmosféricas se refletissem de forma mais profunda e problemática em regiões específicas do centro de Portugal, sendo que o Concelho de Moura, também disso se ressentiu. Tivemos, para além da chuva intensa associada a ventos fortes, repercussões ao nível da queda de árvores, estradas condicionadas e algumas derrocadas de habitações e muros. O elevado número de ocorrências registadas levou a um esforço acrescido por parte de todos os intervenientes locais que a todas tentou acorrer. É justo realçar a disponibilidade e o esforço despendido no auxílio a quem dele precisou, como também é justo reconhecer a mesma disponibilidade da parte dos executivos das Juntas de Freguesia do Concelho, assim como do executivo da Câmara Municipal de Moura, do Serviço Municipal de Proteção Civil, das Forças e Serviços de Segurança, dos Bombeiros, dos Serviços de Ação Social, da divisão dos Serviços Urbanos, assim como das equipas de Fiscalização Municipal e Comissões de Vistorias, na resposta a um sem número de pedidos realizados. A Assembleia Municipal de Moura reunida em sessão ordinária em vinte e três de fevereiro de dois mil e vinte e seis, vem, de forma institucional, manifestar o seu reconhecimento a todas as entidades supra referenciadas, aprovando o presente Voto de Louvor, devendo o mesmo ser comunicado a todas as instituições agraciadas. O nosso obrigado, pela bancada do PS na Assembleia Municipal Moura, vinte e três de fevereiro de dois mil e vinte e seis” -----

-----No uso da palavra o eleito João Guerreiro, na pessoa do senhor Presidente, cumprimentou os membros da Mesa da Assembleia, o senhor Presidente da Câmara

Ata N.º 05 – Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Moura, realizada aos vinte e três dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e seis

Assembleia Municipal de Moura | Praça Sacadura Cabral | 7860 - 207 - Moura | Tlf - 285 250 400 | Fax - 285 251 702 |

e-mail: assembleiamunicipalmoura@cm-moura.pt | www.cm-moura.pt



e restante Executivo, os senhores Vereadores, os senhores Presidentes de Juntas, os restantes membros eleitos da Assembleia, funcionários do município e público, informando que os membros da Coligação Acreditar na Mudança pretendiam apresentar uma Moção (**Doc.05/05**) e procedeu à leitura: -----

-----**MOÇÃO**-----

-----“Os membros eleitos da Coligação “Acreditar na Mudança” vêm desta forma demonstrar a sua solidariedade e encaminhar a presente moção de pesar pelas vítimas da mais recente catástrofe que assolou Portugal. Manifestam deste modo, o mais profundo pesar por todos os que perderam a vida, pela dor das suas famílias enlutadas e, nesse sentido, endereçamos as nossas mais sentidas condolências. Todavia, não estamos a pensar apenas nas pessoas que morreram e nas suas famílias, mas também naquelas pessoas que perderam todos os seus bens e/ou o seu modo de vida. Por fim, uma palavra de reconhecimento e gratidão para todos aqueles que desencadearam o movimento de solidariedade em apoio às zonas afetadas, com o objetivo de mitigar os danos provocados pelas tempestades. Bem-haja a todos. Moura, vinte e três de fevereiro de dois mil e vinte seis. Os eleitos da Coligação Acreditaram na Mudança”.

-----Tomou a palavra o eleito Mário Dias cumprimentando o senhor Presidente da Mesa, senhor Presidente da Câmara, senhores Vereadores, senhores Presidentes de Junta e senhores Deputados municipais. Prosseguiu informando que os eleitos do CHEGA tinham uma moção (**Doc.06/05**) que se prendia com o turismo na cidade de Moura e o alavancar do turismo na cidade de Moura e que tinha a ver com a construção de uma área de serviço e pernoita de autocaravanas na cidade de Moura, que não existia, e procedeu à leitura: -----

-----**MOÇÃO**-----

-----“Vem esta moção alertar o executivo camarário para a necessidade da construção de uma área de serviço e pernoita para autocaravanas, tal como tem sido feito noutros concelhos no Alentejo e por todo o resto do país, com resultados positivos e mais-valias para a cidade, em especial para o comércio local, museus, eventos vários, monumentos, restauração e cafetaria. A visita de famílias numa autocaravana a uma cidade vai levar o seu nome pelo resto do país e estrangeiro e por esse motivo, trazer muitos mais turistas, mais desenvolvimento e mais vida à cidade. A construção



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

e execução de uma área de serviço para autocaravanas na cidade pode parecer algo de somenos em comparação com outros projetos de maior envergadura e que a cidade tanto necessita, por esse motivo este projeto não deixa de ser um pequeno detalhe, mas gostaria de chamar a atenção para o executivo camarário e respetivos membros desta Assembleia, que é nos pequenos detalhes que se erguem as grandes obras e são conhecidos os grandes feitos. Moura parece uma cidade parada no tempo, não tem evoluído ao mesmo ritmo que outras cidades, grande parte do comércio de restauração e cafetaria, por exemplo, têm tomado a decisão de fechar ao domingo porque não têm clientes que justifiquem a abertura. Moura precisa de visitantes, que não só fomentam o comércio como dão vida à cidade, e é nesse sentido que eu, como conhecedor dessa vertente de turismo, digo que Moura deve também poder proporcionar condições para receber esse tipo de turismo itinerante. A bancada representante do partido CHEGA, propõe que a Assembleia Municipal de Moura delibere recomendar ao Executivo que tome em consideração a construção considerada de baixo custo em local apropriado dentro da cidade e dentro de um prazo moderado, de uma Área de Serviço e Pernoite para Autocaravanas, para que o turismo itinerante do Autocaravanismo, que engloba cidadãos nacionais e estrangeiros e que acontece durante os doze meses do ano e não só em época alta, seja uma realidade e uma mais-valia para o comércio local e a Cidade de Moura no seu todo. Quero desde já expressar, a minha total disponibilidade, na qualidade de autocaravanista, para cooperar com o município de Moura, no sentido de fornecer todo o tipo de informações que acharem pertinentes relacionadas com a gestão de apoios a autocaravanas. Vinte e três de fevereiro de dois mil e vinte e seis, representantes da bancada do partido CHEGA". -----

-----Fez uso da palavra a eleita Maria José Silva cumprimentando todos os eleitos da Câmara, todos os eleitos da Assembleia e Público presente, frisando que a bancada da CDU tinha para apresentar uma Moção de Solidariedade (**Doc. 07/05**) e procedeu à leitura: -----

-----MOÇÃO DE SOLIDARIEDADE-----

-----“As recentes intempéries que têm assolado o País, deram origem a graves prejuízos materiais e humanos afetando milhares de pessoas, quer a nível pessoal,



quer profissional, com vítimas mortais a lamentar. Estas intempéries resultaram em perdas de vidas humanas, milhares de pessoas desalojadas, danos severos a habitações, infraestruturas públicas, empresas e explorações agrícolas. O rasto de destruição afetou profundamente o tecido social e económico, deixando muitas famílias em situação de extrema carência e vulnerabilidade. Centenas de milhares de cidadãos sofrem das mais diversas formas, o impacto de tão fortes intempéries. Árvores e estruturas caídas, habitações destruídas, causando desalojados, empresas e culturas devastadas, comunidades sem energia elétrica, água, acessibilidades, comunicações e outros bens essenciais como medicação, alimentos e água. Localidades isoladas e sem vias de acesso. Atividades pessoais, médicas, educativas, laborais, sociais e outras interrompidas. Isolamento de pessoas idosos e doentes. Perante tão grande flagelo, impõem-se a nossa mais sentida solidariedade. A Assembleia Municipal de Moura, reunida a vinte e três de fevereiro de dois mil e vinte e seis, aprova um voto de pesar às vítimas, bem como aos municípios afetados pelas intempéries ocorridas e também uma mensagem de solidariedade a todos que, no terreno ou de qualquer forma, apoiam na recuperação da grande tragédia, quer de forma profissional e institucional, com maior relevância ao voluntariado, que de forma abnegada, colaboram com as populações. Moura, vinte e três de fevereiro dois mil e vinte e seis. Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Moura” -----

-----Fez uso da palavra a eleita Ana Farinho saudando todos os presentes na Assembleia Municipal e informou que os eleitos da CDU, tinham uma Tomada de Posição para o reforço de medidas de apoio às autarquias e às suas populações (Doc.08/05) e procedeu à leitura. -----

-----TOMADA DE POSIÇÃO-----

-----“As intempéries, recentemente ocorridas em Portugal têm colocado em ênfase algumas questões sobre as quais todos devemos refletir e que fazem parte, hoje do debate público. Perante a imprevisibilidade de eventos como os que ocorreram, ressalta a necessidade de termos um Estado forte e estruturado que possa estar preparado para dar resposta a calamidades, assim como uma Proteção Civil e Autarquias com meios humanos e financeiros reforçados para acorrer às suas populações. Não raras vezes, a fragilidade de vias e outros equipamentos decorre de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

décadas de desinvestimento público colocado, agora, em evidência, perante as graves adversidades climáticas. -----

-----Se um Estado com políticas preventivas, capaz de antecipar e manter as infraestruturas públicas em boas condições, as consequências decorrentes das intempéries serão sempre muito mais devastadoras: as populações acabam por ficar entregues à sua sorte, sendo os territórios mais vulneráveis (e onde aquelas infraestruturas são mais precárias) os que mais acabam por ser afetados. O investimento em infraestruturas públicas, em todo o território nacional, não é apenas uma questão de engenharia, mas sim a base da nossa segurança coletiva e da necessária equidade territorial, onde nunca foi desejável um país assimétrico a desenvolver-se a várias velocidades. Nesse sentido, o papel do Estado como “garante” exige que o socorro e a reconstrução cheguem com a mesma rapidez e eficácia a um grande centro urbano, como uma aldeia isolada do interior do país. Na sequência das sucessivas tempestades que têm assolado o nosso território - com particular gravidade, a tempestade Kristin que deixou vários concelhos do centro do país devastados - o Governo, através da Resolução número Quinze -B /dois mil e vinte e seis, de trinta de janeiro do Conselho de Ministros, declarou a situação de calamidade em vários municípios e determinou medidas excecionais e apoios, entre eles, a “reparação e reconstrução de infraestruturas e equipamentos municipais e intermunicipais afetados”.

-----Na mesma Resolução reconheceu que a situação de calamidade configura um acontecimento imprevisível, constituindo motivo de excecional e urgente interesse público justificativo do recurso ao regime especial de contratação pública, previsto no artigo vinte e oito da Lei de Bases da Proteção Civil e ao procedimento por ajuste direto, conforme previsto na alínea c) do número Um do artigo Vigésimo Quarto do Código dos Contratos Públicos. -----

-----Por sua vez, através da Resolução número Dezassete - A /Dois mil e vinte e seis, de três de fevereiro, foram densificadas as medidas de apoio, identificando-se as medidas de apoio aos municípios no ponto 8, com descrição mais pormenorizada no anexo terceiro da referida Resolução. -----

-----Estas medidas, cingindo-se apenas aos municípios que foram abrangidos pela declaração de calamidade, não considera outras zonas do País onde, na

Ata N.º 05 – Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Moura, realizada aos vinte e três dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e seis

Assembleia Municipal de Moura | Praça Sacadura Cabral | 7860 - 207 - Moura | Tlf - 285 250 400 | Fax - 285 251 702 |

e-mail: assembleiamunicipalmoura@cm-moura.pt | www.cm-moura.pt



sequência da sucessão de tempestades, se têm verificado danos significativos nas infraestruturas e equipamentos municipais. Todavia, neste momento, são muitos os municípios que se encontram a fazer ajustes e alterações aos seus orçamentos de forma a poderem dar resposta aos inúmeros danos nos seus territórios.-----

-----Entende-se, por isso, ser necessário alargar o âmbito territorial das medidas a todo o território continental e, ao mesmo tempo, ter em conta outras possibilidades em termos de recursos e meios de financiamento. Nesse sentido, a Assembleia Municipal de Moura, na sua sessão ordinária de vinte e três de fevereiro de dois mil e vinte seis, toma posição e recomenda ao Governo:-----

-----Um - Que as medidas de apoio identificadas no número Oito da Resolução número Dezassete - A / Dois mil e vinte e seis, designadamente quanto à comparticipação e elegibilidade de projetos para a reparação de infraestruturas e equipamentos municipais diversos e aí referidos -sejam aplicadas a todo o território nacional. -----

-----Dois- Que se proceda ao reforço substancial do montante de apoio já previsto, no valor de duzentos e cinquenta milhões de euros por se revelar manifestamente insuficiente; -----

-----Três - Que se admita a possibilidade os municípios contraírem empréstimos para a parte não comparticipada, não relevando os mesmos para o limite da dívida total; -----

-----Quatro - Que o recurso ao procedimento de ajuste direto nos termos da alínea c) do número Um do artigo Vigésimo Quarto do Código dos Contratos Públicos, possa ser utilizado por todos os municípios com a devida justificação e o reconhecimento prévio por parte do Governo que tal situação não se aplica apenas aos municípios identificados com a declaração de calamidade, mas sim a todo o território do continente. Mais se propõe que, após a sua aprovação, esta tomada de posição seja remetida ao Governo, Assembleia da República e tornada pública nos órgãos de comunicação social. Moura, vinte e três de fevereiro de dois mil e vinte e seis. Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Moura. -----

-----Tomou a palavra o eleito José António Oliveira, cumprimentando todos os presentes na sala, referindo que iria apresentar uma moção referente à Comemoração



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

do Quinquagésimo Aniversário da Constituição da República Portuguesa (**Doc. 09/05**), que se iria assinalar no próximo dois de abril e procedeu à leitura: -----

-----**MOÇÃO**-----

-----“Portugal é uma República soberana, baseada na dignidade da pessoa humana e na vontade popular e empenhada na construção de uma sociedade livre, justa e solidária”. Começa assim o articulado da nossa Lei Fundamental, lembrando-nos de onde viemos e os valores que nos devem guiar enquanto país. No próximo dia dois de abril, assinalam-se cinquenta anos sobre a aprovação da Constituição da República Portuguesa. Aprovada em mil novecentos e setenta e seis, dois anos depois da Revolução de Abril para concretizar o espírito e os ideais de abril: democracia, igualdade, liberdade, justiça, progresso, qualidade de vida e consagração de direitos. A Constituição da República Portuguesa é a Lei Fundamental do País à qual toda a arquitetura legal e todo o enquadramento jurídico e de decisão política tem de se submeter. É reconhecidamente uma Constituição progressista que, apesar de ter sido sujeita a várias revisões constitucionais que lhe amputaram algumas bases importantes de consolidação de direitos e de garantias de desenvolvimento, continua, ainda assim, a garantir a consolidação de direitos e liberdades fundamentais, bem como as justas aspirações do povo português na concretização do que a Revolução de Abril significou para Portugal. É aí que estão consagrados os princípios que dão corpo e sentido ao Estado de direito democrático e ao Estado social, como o acesso universal à saúde, ao trabalho, à habitação, à cultura, à educação, à justiça, ao ambiente, entre muitos outros que garantiram uma melhoria considerável na vida das pessoas. Esta Assembleia hoje aqui reunida, ilustra igualmente a expressão e a conquista do Poder Local Democrático, que potencia e representa a proximidade com as populações, que se traduz numa maior eficácia e na resposta pronta e atenta aos problemas que afetam as condições de vida e o bem-estar das populações. Foi com o Poder Local Democrático, os seus eleitos, as populações e as suas organizações que foi possível avançar e desenvolver os municípios e as freguesias, contribuindo decisivamente para o desenvolvimento local. Por isso, hoje, respeitar, celebrar e exigir o cumprimento da Constituição e mais este aniversário significa, acima de tudo, continuar a lutar e a avançar na concretização e afirmação dos nossos direitos e liberdades para a

Ata N.º 05 – Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Moura, realizada aos vinte e três dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e seis

Assembleia Municipal de Moura | Praça Sacadura Cabral | 7860 - 207 - Moura | Tlf - 285 250 400 | Fax - 285 251 702 |

e-mail: assembleiamunicipalmoura@cm-moura.pt | www.cm-moura.pt



construção de uma sociedade mais justa e mais fraterna, onde todos possam viver e trabalhar com dignidade. Assim, a Assembleia Municipal de Moura reunida a vinte e três de fevereiro de dois mil e vinte e seis, delibera: -----

-----Um: Saudar o Quinquagésimo aniversário da Constituição da República Portuguesa, assim como as transformações económicas, sociais, culturais e políticas que a materializam; -----

-----Dois: Saudar todos os que defendem e pugnam pelo respeito e cumprimento da Constituição da República Portuguesa Moura a vinte e três de fevereiro de dois mil e vinte e seis. Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Moura.-----

*-----No uso da palavra a eleita Fátima Ramalho cumprimentou todos os presentes e frisou que os eleitos da CDU na Assembleia Municipal pretendiam apresentar uma proposta de saudação relativa ao Dia Internacional da Mulher (**Doc. 10/05**) e procedeu à leitura. -----*

-----PROPOSTA DE SAUDAÇÃO-----

-----“Oito de Março, Dia Internacional da Mulher um símbolo da luta e aspiração das Mulheres à emancipação social na passagem do Dia Internacional da Mulheres, os eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Moura saúdam as mulheres que vivem, trabalham ou estudam no nosso Concelho, as que afirmam o valor da participação das mulheres no pulsar da vida local - coletividades de cultura e recreio, no teatro, no desporto, nos bombeiros, nas forças de segurança, nos sindicatos, entre outras entidades e organizações sociais. Uma saudação ainda às trabalhadoras do Município e das freguesias, que nas diversas áreas de intervenção contribuem para garantir a prestação de serviço público que garante o funcionamento da vida do concelho - desde a limpeza urbana, aos jardins, o atendimento à população, no ambiente e urbanismo, nas escolas e equipamentos desportivos e culturais ou no apoio ao trabalho dos eleitos nos órgãos autárquicos, uma saudação que naturalmente se estende às eleitas nos diversos órgãos autárquicos. Assinalar o Dia Internacional da Mulher é prosseguir com o simbolismo desta data, que, desde Mil Novecentos e Dez, se transformou num símbolo da luta das mulheres em todo o Mundo pelos direitos das Mulheres, justiça social e pela paz. Em Portugal, num tempo em que era proibida a sua comemoração, as mulheres assumiram esta data como um símbolo de luta pelo derrube do fascismo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

contra a guerra, por melhores salários e condições de vida dignas, pela liberdade e por direitos. Desde a primeira comemoração em liberdade e democracia – Oito de março de Mil Novecentos e Setenta e Cinco, até aos nossos dias, o Dia Internacional da Mulher tem sido uma oportunidade para dar voz às mulheres na sua exigência de igualdade no trabalho, na família e na sociedade, nos trezentos e sessenta e cinco dias do ano. Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Moura afirmam o seu compromisso para com a valorização da participação das mulheres na sociedade e pelo direito de serem realizadas políticas que ponham fim às persistentes desigualdades e discriminações e pela limitação do exercício de direitos no trabalho, na família, na maternidade, no acesso a cuidados de saúde, em particular na saúde sexual e reprodutiva, na participação política, na cultura ou no desporto. As mulheres continuam a enfrentar várias formas de violência, nomeadamente a violência doméstica e a exploração na prostituição. Para a defesa de mais e melhores serviços públicos de proximidade e qualidade condição necessária para efetivar a igualdade, em especial no SNS assegurando o direito de todos à saúde, o adequado acompanhamento da gravidez, o parto hospitalar e o cumprimento da lei da IVG. O cumprimento integral da lei de Interrupção Voluntária da Gravidez (IVG), assegurando o acesso efetivo, dentro dos prazos legais, em condições de dignidade, confidencialidade e segurança clínica. Felizmente no nosso Concelho, não existem constrangimentos para estes cuidados de saúde da mulher, no entanto, devemos estar atentos a determinadas forças políticas, para que este direito não se perca e se evitem retrocessos. Pela responsabilidade do Estado no reforço de recursos humanos, técnicos e financeiros para que os serviços públicos - centros de saúde, hospitais, escolas, universidades, forças de segurança, polícia criminal, Ministério Público e serviços de segurança social - possam concorrer para a eficácia dos instrumentos legais de prevenção da violência doméstica, de adequada proteção das vítimas, de uma efetiva intervenção com programas dirigidos aos agressores para prevenir e combater a reincidência desta grave prática social. Por uma Estratégia de Prevenção e combater à exploração das mulheres na prostituição, com a implementação de programas de saída para quem assim o queira fazer. Uma estratégia que não criminaliza nem estigmatiza as mulheres, antes reconhece que o Estado tem que reconhecer que estamos perante uma intolerável forma de violência

Ata N.º 05 – Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Moura, realizada aos vinte e três dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e seis

Assembleia Municipal de Moura | Praça Sacadura Cabral | 7860 - 207 - Moura | Tlf - 285 250 400 | Fax - 285 251 702 |

e-mail: assembleiamunicipalmoura@cm-moura.pt | www.cm-moura.pt



sobre as mulheres sujeitas a este negócio sórdido, mas que igualmente atenta contra a dignidade e direitos de todas as mulheres. E saúdam todas as mulheres, trabalhadoras, mães, avós, estudantes do concelho, reconhecendo o valor da sua imprescindível participação enquanto motor transformador da sociedade. Pelos eleitos da CDU na Assembleia Municipal. A ser aprovada, este voto deve ser enviado:-----

-----Um – À CIG – Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género;-----

-----Dois – Ao Ministério da Juventude e Modernização; -----

-----Três – À Comissão para a Igualdade entre Mulheres e Homens da CGTP-IN; CGTP-IN e UGT;-----

-----Quatro - Às estruturas e forças vivas do Concelho” -----

-----No uso da palavra o senhor Presidente da Assembleia Municipal verificando não haver mais intervenções, informou que a sessão seria suspensa por cinco minutos para análise e reflexão dos documentos e posteriormente retomariam os trabalhos para se proceder à votação. -----

-----Retomados os trabalhos, o senhor Presidente da Assembleia Municipal no uso da palavra, informou que o Voto de Louvor, as Moções, o Voto de Solidariedade, a Tomada de Posição e a Proposta de Saudação iriam ser votados pela ordem de chegada à Mesa.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o Voto de Louvor “ pela ocasião da sucessão de tempestades, é justo o reconhecimento da disponibilidade e esforço despendido no auxílio a quem dele precisou, a disponibilidade da parte do Executivo das Juntas de Freguesia do Concelho, assim como do Executivo da Câmara Municipal de Moura, do Serviço Municipal de Proteção Civil, das Forças e Serviços de Segurança, dos Bombeiros, dos Serviços de Ação Social, da Divisão de Serviços Urbanos, assim como das equipas de Fiscalização Municipal e Comissão de Vistorias, na resposta a um sem número de pedidos realizados”, apresentada pelos eleitos do PS. -----

-----**Deliberado**, por **unanimidade dos presentes**, com vinte e sete votos a favor, **aprovar** a proposta de Voto de Louvor -“*Pela ocasião da sucessão de tempestades, é*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

justo o reconhecimento da disponibilidade e esforço despendido no auxílio a quem dele precisou, a disponibilidade da parte do Executivo das Juntas de Freguesia do Concelho, assim como do Executivo da Câmara Municipal de Moura, do Serviço Municipal de Proteção Civil, das Forças e Serviços de Segurança, dos Bombeiros, dos Serviços de Ação Social, da Divisão de Serviços Urbanos, assim como das equipas de Fiscalização Municipal e Comissão de Vistorias, na resposta a um sem número de pedidos realizados”, apresentada pelos eleitos do Partido Socialista. -----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a Moção “Apoio às vítimas das tempestades em Portugal”, apresentada pela Coligação “Acreditar na Mudança”. -----

-----**Deliberado, por unanimidade dos presentes**, com vinte e sete votos a favor, **aprovar** a proposta de Moção - “Apoio às vítimas das tempestades em Portugal”, apresentada pelos eleitos da Coligação “Acreditar na Mudança”.-----

-----No uso da palavra o eleito José António Gomes cumprimentou a Mesa da Assembleia, o Executivo Camarário, todos os membros da Assembleia e o Público e trabalhadores da autarquia presentes. O eleito questionou se não estava aberta a possibilidade de discutirem os documentos antes de os votarem, frisando que lhe parecia que estava a faltar essa parte. -----

-----No uso da palavra o senhor Presidente da Assembleia Municipal frisou que o eleito tinha razão colocando aberta a discussão, ressaltando que como nenhum dos eleitos se tinha manifestado, deduziu que não houvesse intervenções. -----

-----No uso da palavra o eleito António Gomes frisou que no que tocante ao documento que o senhor Presidente da Assembleia estava a colocar a votação, a moção sobre a construção de uma área de serviço e pernoita de autocaravanas na cidade de Moura referiu que solicitou a palavra, precisamente porque entendia que, independentemente daquilo que iria ser a votação e sem prejuízo da boa intenção do promotor da moção, havia no entanto, alguns aspetos a considerar que eram determinantes, para aquilo que iria ser o sentido de voto da bancada do Partido



Socialista, lembrando que no Concelho de Moura, ao contrário do que acontecia em muitos concelhos em que não havia uma área de serviços de autocaravanismo, o Concelho de Moura já tinha duas áreas de serviço para pernoite de autocaravanas e que isso foi feito também numa perspetiva de descentralização. -----

-----Prosseguiu o eleito frisando que uma vez que os eleitos com assento na Assembleia, por norma criticavam que se fazia tudo muito centralizado e no tocante ao assunto focado a opção foi outra, e aquilo que existia no Concelho, duas áreas de serviço, uma na Estrela e outra junto à barragem de Alqueva, foram construídas com financiamento público, áreas de serviço que faziam parte de uma rede nacional de parques de autocaravanas e que foi feito um protocolo com a Entidade Regional de Turismo e também um protocolo com o Turismo de Portugal e que essas duas áreas de serviço que serviam perfeitamente os autocaravanistas que se deslocavam ao Concelho, verificando-se, que o seu movimento de pernoitas tinha vindo a aumentar paulatinamente e que apresentava já um volume bastante interessante e objetivamente, qualquer autocaravanista que se prezasse bastava consultar na Internet a rede de autocaravanas em Portugal e constataria facilmente a existência dessas duas áreas.-----

-----Salientou o eleito que por parte do PS, embora compreendessem a boa intenção e os princípios que estavam subjacentes à apresentação da moção e também por uma razão de boa aplicação dos fundos públicos, porque não se podia continuar a pulverizar o Concelho com mais áreas de serviço havendo duas, por essa razão, a bancada do PS não poderia acompanhar essa moção. -----

-----No uso da palavra o eleito Mário Daniel agradeceu o comentário e frisou que pretendia ressaltar que o senhor representante do Partido Socialista acabava de provar que não tinha absolutamente conhecimento nenhum do que eram autocaravanas, do que era o autocaravanismo e que além disso, parecer-lhe-ia que não havia lido bem a moção, uma vez que, a moção referia-se à cidade de Moura, não ao Concelho, solicitando que o eleito António Gomes lhe dissesse quantas pessoas dessas autocaravanas que eventualmente ficaram nesses dois parques que referiu vieram conhecer a cidade. Ressaltou o eleito Mário Daniel que Moura, enquanto cidade, carecia de uma área de serviço e pernoita para esse tipo de turismo, referindo-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

se à cidade e que além disso, a gestão desses parques estava mais que provada pelo mundo autocaravanista que estava errada. -----

-----Frisou ainda o eleito que uma área de serviço tem que ser gerida pelo município e não por entidades terceiras, e que um autocaravanista que adquiriu uma autocaravana, não era um turista de pé descalço, ressaltando que uma autocaravana era algo equivalente ao preço de um apartamento. -----

-----O eleito referiu que os autocaravanistas não pretendiam ter uma aplicação no telemóvel, não pretendiam ter que entrar em contacto com a Entidade X ou Y e marcar um “*booking*”, frisando que isso era o que se fazia nas agências de viagem para os hotéis, não era com autocaravanas. -----

-----Para terminar o eleito Mário Daniel frisou que a gestão desses parques estava errada de norte a sul do País, ressaltando que se o senhor eleito António Gomes pensava que cada vez havia mais autocaravanas no Concelho, estava enganado e que lhe garantia que estava enganado, porque a gestão estava errada, uma vez que os autocaravanistas não gostavam disso e que era só esse pequeno à parte que pretendia dizer. -----

-----No uso da palavra o eleito João Guerreiro frisou que relativamente a esse assunto, a posição da Coligação Acreditar na Mudança também era de não acompanhar essa moção, alegando também em parte os mesmos motivos. O eleito João Guerreiro frisou que existia um parque na praia do Lago e outro na Estrela e que se olhassem para a frequência do parque da Estrela era mínimo e que a capacidade instalada até prova em contrário, respondia à procura e que estar-se a recorrer e alocar recursos que podiam ser deslocalizados para outras opções, o eleito achava que era desadequado, de forma que, por esses motivos a bancada da Coligação Acreditar na Mudança não iria acompanhar essa moção. -----

-----No uso da palavra o eleito António José Gomes voltou a reiterar, que concordava com as boas intenções e alguns dos pressupostos que constavam da moção apresentada, no entanto, voltava também a reiterar que se tinha de ter em conta que os recursos públicos não eram infinitos, pelo contrário, eram finitos e que existiam uma série de prioridades para o Concelho que, do ponto de vista da bancada do PS, havendo já dois parques e que, contrariamente àquilo que era dito, estavam a ser



utilizados e que se verificava um aumento da frequência nesses parques e eram parques que estavam integrados numa rede. -----

-----O eleito frisou que obviamente o promotor dizia que os autocaravanistas não gostavam desse sistema, mas também podiam entender e perceber que tudo o que funcionava em rede, por norma tinha maior potencialidade de funcionar de forma mais correta e de forma a chegar a mais utilizadores e portanto, estar-se a construir uma nova área de serviço na cidade de Moura significava que o Concelho de Moura ia ficar com três e que do ponto de vista do PS, tendo em conta o facto dos recursos públicos serem finitos e não poderem ser esbanjados, continuavam a achar que não fazia sentido avançar para uma nova área de serviço no Concelho. -----

-----Verificando não haver mais intervenções o senhor Presidente da Assembleia, colocou à votação a Moção “Construção de uma Área de Serviço e Pernoita de Autocaravanas na Cidade de Moura”, apresentada pela bancada do CHEGA. -----

-----**Deliberado**, por **maioria dos presentes**, com dois votos a favor, dez abstenções e quinze votos contra, **não aprovar** a proposta de Moção - “*Construção de uma Área de Serviço e Pernoita de Autocaravanas na Cidade de Moura*”, apresentada pelos eleitos do CHEGA” -----

-----No uso da palavra o senhor Presidente da Assembleia verificando não haver intervenções, colocou à votação a moção de Solidariedade “Um voto de pesar às vítimas, bem como aos municípios afetados pelas intempéries ocorridas e também uma mensagem de solidariedade a todos que, no terreno ou de qualquer forma, apoiam na recuperação da grande tragédia, quer de forma profissional e institucional, com maior relevância ao voluntariado, que de forma abnegada, colaboram com as populações”, apresentada pelos eleitos da Coligação Democrática Unitária. -----

-----**Deliberado**, por **maioria dos presentes**, com vinte e cinco votos a favor e duas abstenções, **aprovar** a proposta de Moção de Solidariedade - “*Um voto de pesar às vítimas, bem como aos municípios afetados pelas intempéries ocorridas e também uma mensagem de solidariedade a todos os que, no terreno ou de qualquer outra*” -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

forma, apoiam na recuperação de tão grande tragédia, quer de forma profissional e institucional, com maior relevância ao voluntariado, que de forma abnegada, colaboram com as populações”, apresentada pelos eleitos da Coligação Democrática Unitária.

-----No uso da palavra o senhor Presidente da Assembleia verificando não haver intervenções, colocou à votação a Tomada de Posição - “Reforço de Medidas de Apoio às Autarquias e suas populações na sequência das Intempéries”, apresentada pelos eleitos da CDU. -----

-----**Deliberado**, por **maioria dos presentes**, com vinte e cinco votos a favor e duas abstenções, **aprovar** a Tomada de Posição - “*Reforço de Medidas de Apoio às Autarquias e suas populações na sequência das Intempéries*”, apresentada pelos eleitos da Coligação Democrática Unitária.-----

-----No uso da palavra o senhor Presidente da Assembleia verificando não haver intervenções, colocou à votação a Moção “Comemorar o Quinquagésimo Aniversário da Constituição da Republica Portuguesa”, apresentada pelos eleitos da CDU. -----

-----**Deliberado** por **maioria dos presentes**, com vinte e cinco votos a favor e duas abstenções, **aprovar** a moção “*Comemorar o Quinquagésimo Aniversário da Constituição da Republica Portuguesa*”, apresentada pelos eleitos da CDU.-----

-----No uso da palavra o senhor Presidente verificando não haver intervenções, colocou à votação a Proposta de Saudação “Oito de março – Dia Internacional da Mulher, um símbolo da luta e aspiração das mulheres à emancipação social, apresentada pelos eleitos da CDU. -----

-----**Deliberado** por **unanimidade dos presentes**, com vinte e sete votos a favor, **aprovar** a Proposta de Saudação “Oito de março – Dia Internacional da Mulher, um símbolo da luta e aspiração das mulheres à emancipação social, apresentada pelos eleitos da Coligação Democrática Unitária.-----

Ata N.º 05 – Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Moura, realizada aos vinte e três dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e seis

Assembleia Municipal de Moura | Praça Sacadura Cabral | 7860 - 207 - Moura | Tlf - 285 250 400 | Fax - 285 251 702 |

e-mail: assembleiamunicipalmoura@cm-moura.pt | www.cm-moura.pt



-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou se haviam mais intervenções. -----

-----No uso da palavra o eleito João Guerreiro frisou que pretendia prestar uma informação que achava que era do interesse dos membros eleitos e também do público em geral, frisando que finalmente, parecia que havia luz ao fundo do túnel, relativamente à obra do centro de saúde. -----

-----O eleito informou que a empresa responsável informou que iriam começar a montar o estaleiro no decorrer da semana, no entanto, o eleito frisou que a última data que tinha sido avançada pelo senhor Presidente da Câmara de quinze de janeiro, tinha sido largamente ultrapassada. -----

-----Prosseguiu o eleito frisando que lamentavam que a obra, fosse uma obra super atrasada e que seguramente os prazos iriam ser ultrapassados e que tinham que devolver o financiamento em junho e que a Câmara, tal como o senhor Presidente da Câmara tinha referido anteriormente, iria ter que se endividar para completar a obra.

-----Para terminar o eleito João Guerreiro frisou que a bancada da Coligação Acreditar na Mudança, não deixava de lamentar o facto porque era dinheiro que em boa prática era jogado à rua, uma vez que, esse endividamento podia ser canalizado para outras situações e dessa forma o financiamento iria ser interrompido. -----

-----No uso da palavra o eleito João Ramos referiu que na pessoa do senhor Presidente da Assembleia Municipal, cumprimentava a mesa e os restantes membros da Assembleia, o senhor Presidente da Câmara, os senhores vereadores, os funcionários municipais e o público presente, -----

-----Prosseguiu o eleito frisando que pretendia colocar algumas questões sobre o funcionamento da Assembleia ao senhor Presidente da Assembleia Municipal, e que algumas dessas questões eram recorrentes, nomeadamente o eterno problema da entrega atempada dos documentos, ressaltando que independentemente de os mesmos chegarem dentro daquilo que eram os prazos definidos em termos regimentais e de normas, frisou que alguns documentos eram de alguma complexidade e por essa razão, ressaltou que se pudessem chegar mais cedo era importante, uma vez que, os documentos para a presente sessão tinham chegado às oito horas da noite de quinta-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

feira e se pudessem chegar mais cedo, ainda que de forma parcelar, aqueles que já estivessem disponíveis, o que daria algum espaço para os eleitos poderem estudar os documentos. -----

-----O eleito frisou que outra questão, tinha a ver com a forma de organização da Assembleia, uma vez que um dos pontos importantes da atividade da Assembleia Municipal era a fiscalização dos atos da Câmara e que a fiscalização dos atos da Câmara tinha sido passada para o fim da Assembleia e, tendo em conta que a participação dos cidadãos era importante numa Assembleia Municipal, tinha sido decidido, que esse ponto passaria para o início da sessão, para não obrigar os cidadãos a estarem até ao fim da Assembleia e para poderem intervir. -----

-----Prosseguiu o eleito frisando que a fiscalização dos atos da Câmara que era um momento principal daquilo que era a atividade municipal e por essa razão, não fazia sentido remetê-los para um período em que os eleitos já estavam cansados e que isso influenciava a prestação dos mesmos, tanto quem queria fiscalizar como de quem era fiscalizado e logicamente teria outro funcionamento e outra dinâmica se pudesse ser feito imediatamente a seguir ao período antes da ordem do dia.-----

-----Frisou o eleito João Ramos que uma outra questão tinha a ver com as transmissões da Assembleia Municipal, em que a Câmara Municipal, na senda daquilo que era a preocupação com a proximidade dos cidadãos à atividade política e aos órgãos municipais, já estava a transmitir as reuniões da Câmara Municipal e que na Assembleia Municipal não estava a acontecer e que não se percebia, uma vez que havia tecnologia e tendo em conta que se podia efetuar as transmissões das reuniões de Câmara também poderiam ser feitas as transmissões da Assembleia. -----

-----Ressaltou o eleito que não era um problema regimental, porque o Regimento que estava em vigor já previa essa possibilidade e por essa razão não se percebia porque que havia esse atraso relativamente a essa questão.-----

-----Prosseguiu o eleito frisando que uma última questão se relacionava com o que tinham terminado de fazer, onde se tinham aprovado um conjunto de moções, como se tinha vindo a aprovar ao longo do tempo e depois não havia reflexo das moções que eram apresentadas e uma vez que eram votadas, questionou o porquê de



não se fazer um trabalho por parte da mesa da Assembleia de divulgação, frisando que não era visível esse trabalho.-----

-----O eleito ressaltou que se esse trabalho era feito, os eleitos não tinham conhecimento se a informação chegava aos órgãos de soberania para onde era remetido, no entanto na comunicação social local, por exemplo, ressaltou o eleito, a Assembleia Municipal não dava conta daquilo que era o trabalho da Assembleia, tomando posição e posições relevantes sobre matérias da vida do Concelho e da vida do País e nem no boletim municipal, que era um boletim municipal, não era um boletim da Câmara Municipal, fazendo essas referências, elas seriam importantes e que essa crítica os eleitos da CDU tinham vindo a fazer, frisando que a Assembleia Municipal não era um apêndice da Câmara Municipal. -----

-----O eleito João Ramos ressaltou que a Assembleia Municipal era um órgão autónomo, que todos os eleitos, foram candidatos numa lista autónoma e que não tinha sido na lista da Câmara Municipal e por essa razão quando os eleitos fizeram as primeiras intervenções na Assembleia, pugnaram por valorizar aquilo que era o papel da Assembleia Municipal e que valorizar o papel da Assembleia, implicava também valorizar aquilo que era feito e quando eram tomadas posições políticas dos mais diferentes interesses, quer ao nível local, quer ao nível nacional, frisou o eleito que deviam ter a relevância que não tinham tido e por essa razão os eleitos solicitavam ao senhor Presidente, que a Mesa tivesse atenção a essas questões de forma a ser dada uma visibilidade não só ao trabalho político que as diferentes bancadas faziam, mas também ao trabalho da própria Assembleia, porque quando as moções eram aprovadas as mesmas refletiam aquilo que era o trabalho de toda uma Assembleia e isso valorizava a Assembleia Municipal.-----

-----No uso da palavra o senhor Presidente da Assembleia Municipal frisou que iria responder aos três pontos focados, frisando que em relação aos atos da Câmara, tinha sido seguido o argumento que tinha vindo em outras sessões, em que os atos da Câmara tinham sido sempre no último ponto, ressaltando que seria uma situação a refletir.--- -----

-----Relativamente às transmissões, o senhor Presidente da Assembleia frisou que o Regimento era um documento que estava a ser tratado e esperava que na



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

próxima Assembleia já viesse pronto, refletindo as transmissões para que se pudessem transmitir as sessões.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia frisou que em relação às moções, ficava a recomendação e se teria em consideração e se iria proceder em conformidade.-----

-----No uso da palavra o eleito João Ramos questionou se tinha percebido bem, que haveria um impedimento para as sessões não serem transmitidas -----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal frisou que não havia impedimento nenhum, ressaltando que o Regimento estava a ser trabalhado em várias vertentes, no qual também se estava a ver a questão das transmissões e que seria apresentado na próxima sessão. -----

-----No uso da palavra o eleito João Ramos frisou que em relação às transmissões o Regimento que estava em vigor já permitia e que não era necessário a alteração do Regimento para as transmissões. -----

-----No uso da palavra a eleita Paula Ramos cumprimentou todos os presentes e referiu que pretendia deixar uma acheza, frisando que no Regimento estava previsto que podia haver transmissão, mas não previa um tempo limite para cada uma das intervenções, nem regras e que era isso que estava a ser trabalhado.-----

-----No uso da palavra o eleito João Ramos frisou haver uma confusão, ressaltando que uma coisa era a forma como funcionava a Assembleia e que outra coisa era a sua transmissão, questionando porque é que na Assembleia haveria de haver um limite de transmissão, ressaltando ainda que se o caminho era limitar as intervenções e o limite de tempo para as intervenções dos membros da Assembleia, frisou que era um mau caminho. -----

-----O eleito ressaltou que o único limite que a Assembleia tinha era a duração das quatro horas e que se durasse mais de quatro horas, não havia impedimento porque existia sempre a possibilidade de continuar num outro dia a decidir, por essa razão, o eleito frisou que não havia uma relação de uma coisa com outra, mas que ficava muito preocupado com essa questão da duração.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal frisou que entendia que o documento como estava, ainda não estava a cem por cento para se proceder às



transmissões e esperava que na próxima Assembleia, em abril, já se pudesse apresentar. -----

-----No uso da palavra o eleito José Maria Prazeres Pós-de-Mina, cumprimentou o senhor Presidente da Assembleia, representantes da Câmara, responsáveis do serviço e público presente. -----

-----O eleito José Maria Prazeres Pós-de-Mina referiu que estava um bocadinho surpreendido com a discussão que estavam a ter sobre o tema, uma vez que, estavam a misturar dois temas. -----

-----Prosseguiu o eleito frisando que uma era a questão da transmissão que já tinha sido referido pelo eleito João Ramos, ressaltando que o regulamento atual permitia isso e que mesmo que o Regimento atual não permitisse, frisou que tinha sido a Assembleia Municipal que tinha aprovado o regulamento que permitia as transmissões, não havia sido qualquer outro órgão, reforçando que foi aprovado pela Assembleia Municipal e que deveria estar em vigor.-----

-----O eleito ressaltou ainda que a Câmara Municipal tinha desde dezembro um contrato com uma empresa para a transmissão das sessões da Câmara e da Assembleia Municipal, portanto, não se percebia o porquê de não acontecer. -----

-----No tocante à limitação de tempo, o eleito frisou que de facto, essa questão era muito preocupante e que seria uma matéria que iriam discutir quando fosse discutida a questão do Regimento. -----

-----No entanto o eleito frisou que em relação à limitação de tempo, ressaltou que era uma sessão ordinária, podia ter três sessões, três reuniões, admitindo que no Regimento, cada reunião não podia durar mais de quatro horas, o limite poderia ser de doze horas e que para além disso mesmo assim, a própria lei permitia que a Assembleia deliberasse o prolongamento dessas reuniões reforçando o eleito que, o que se pretendia era limitar a discussão e que isso tinha acontecido em alguns casos e que esperavam que não fosse esse o caminho.-----

-----Verificando não haver mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que iriam passar para o período da Ordem do Dia. -----

-----ORDEM DO DIA-----

Ata N.º 05 – Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Moura, realizada aos vinte e três dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e seis



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

-----**1 Apreciação e Votação da Ata N.º 02/2025 - Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal, realizada em vinte de novembro de dois mil e vinte e cinco (Doc. 11/05)**-----

-----No uso da palavra, o senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que estavam abertas as inscrições para o ponto um da ordem do dia.-----

-----No uso da palavra o eleito João Ramos sugeriu algumas correções na ata número dois, frisando mais uma vez se colocava a necessidade dos eleitos serem mais interativos e que tinham solicitado um formato em que os eleitos pudessem trabalhar o texto e apresentar sugestões de outra forma. -----

-----No uso da palavra o Presidente da Assembleia sugeriu o envio de um e-mail de resposta com as correções sugeridas e que em vez de ser em word, como tinham solicitado, continuava em PDF e que inclusive alguns dos documentos enviados em PDF, já se conseguia fazer o “search”, conforme tinha sido solicitado.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal no uso da palavra, sugeriu colocar a ata a votação, corrigida com as referidas sugestões de alterações.-----

-----Verificando não haver intervenções, o senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que passariam à votação do ponto número um da ordem do dia. --

-----**Deliberado**, por **maioria dos presentes**, com vinte e dois votos a favor, cinco abstenções, por não estarem presentes, **aprovar** a Ata n.º 02/2025 - Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal, realizada em vinte de novembro-----

-----No uso da palavra, o senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que estavam abertas as inscrições para o ponto dois da ordem do dia. -----

-----**2. Apreciação e Votação da Ata N.º 03/2025 - Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, realizada em dezoito de dezembro de dois mil e vinte e cinco (DOC. 12/05).**-----

Ata N.º 05 – Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Moura, realizada aos vinte e três dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e seis

Assembleia Municipal de Moura | Praça Sacadura Cabral | 7860 - 207 - Moura | Tlf - 285 250 400 | Fax - 285 251 702 |

e-mail: assembleiamunicipalmoura@cm-moura.pt | www.cm-moura.pt



-----No uso da palavra o senhor Presidente da Assembleia Municipal verificando não haver nenhuma intervenção informou que passariam à votação da ata. -----

-----**Deliberado**, por **maioria dos presentes**, com vinte e um votos a favor e seis abstenções, por não estarem presentes, **aprovar** a Ata N.º 03/2025 - Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, realizada em dezoito de dezembro de dois mil e vinte e cinco.

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal, no uso da palavra, informou que iriam passar à discussão do ponto número três da ordem do dia. -----

-----**3. Tomada de Conhecimento do Relatório Anual de Atividade de dois mil e vinte e cinco da CPCJ (Comissão de Proteção de Crianças e Jovens do Concelho de Moura (DOC.13/05)** -----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que estavam na sala a doutora Amélia Venâncio e a doutora Sílvia Farinho, sugerindo que as próprias ouvissem as questões dos eleitos e depois passariam às respostas de esclarecimento

-----No uso da palavra o eleito João Ramos cumprimentou a doutora Amélia Venâncio, Secretária da Comissão e a professora Silva Farinho e fez questão de valorizar o trabalho que faziam, frisando saber que era um trabalho relevante e duro, nem sempre fácil e por essa razão valorizava-o muito. -----

-----Relativamente àquilo que era o relatório que foi apresentado e a interação entre a Assembleia Municipal e a CPCJ o eleito João Ramos frisou que pretendia colocar duas questões, uma delas tinha a ver com a participação dos eleitos na Assembleia, nas reuniões da Comissão Alargada, frisando que pretendiam saber como era essa participação e a relevância dessa participação e que para os eleitos da CDU era necessário ter esse “*feedback*” informando que a Assembleia não fazia chegar o “*feedback*” dos eleitos, pela Assembleia na Comissão e por essa razão era importante.

-----O eleito João Ramos pediu desculpa pelos parênteses, uma vez que se tratava de uma questão interna que os eleitos colocavam, frisando que se verificava uma mudança de paradigma relativamente a essa matéria, a forma como eram eleitos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

os membros da Assembleia, opções com as quais os eleitos da CDU não concordavam, no entanto o que interessava era perceber qual era o nível de participação que tinham.

-----O eleito João Ramos pretendia colocar uma questão concreta, frisando que percebeu que um dos problemas que levantavam era um pedido de intervenção da entidade central por causa dos processos que iam para o estrangeiro e que vinham do estrangeiro, que era um problema relevante, percebendo que a CPCJ demorava e não os poderia resolver sem essa intervenção de uma entidade superior, no entanto o eleito questionou se houve passos nesse sentido, frisando que percebeu depois, no âmbito da leitura do documento que haviam vários, nomeadamente até numa parte dos países que eram desconhecidos. -----

-----Frisou o eleito que no documento a CPCJ mencionou que era o desconhecimento dos países, haviam alguns casos do Brasil, outros da Roménia e alguns casos desconhecidos que vinham para Moura, mas era uma matéria relevante perceber se houve desenvolvimentos nesse aspeto ou não, se conseguiram ultrapassar essa dificuldade ou se, não havia, porque imaginava que fosse mesmo um drama, ter um caso e depois a criança ia para o estrangeiro e não se percebia para onde ia, se iria ter acompanhamento ou não numa situação de perigo e imaginava que fosse complexo. -----

-----No uso da palavra o eleito António José Gomes frisou que a sua intervenção era apenas para precisar uma questão colocada pelo eleito João Ramos, que não lhe parecia que estivesse devidamente colocada. Prosseguiu o eleito frisando que quando o eleito João Ramos falava em elementos que representavam a Assembleia na CPCJ não era essa a situação prevista na lei, os elementos indicados pela Assembleia não representavam a Assembleia na CPCJ, os elementos indicados para a Assembleia representavam os munícipes. -----

-----O eleito reforçou que os elementos indicados para a Assembleia em última análise, até poderiam nenhum deles ser membro da Assembleia, frisando que convinha ser mais corretos e precisar melhor, quer a pergunta que era formulada, quer aquilo que o eleito João Ramos pretendia de resposta dos membros presentes da CPCJ. ----



-----No uso da palavra o eleito Mário Daniel frisou que o relatório da CPCJ referente ao ano transato não tinha chegado à bancada do CHEGA. -----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal, no uso da palavra, frisou que os documentos foram enviados em três emails devido ao tamanho dos ficheiros e solicitou ao eleito Mário Daniel que verificasse de forma a conferir se recebeu ou não o relatório.-----

-----No uso da palavra o eleito João Ramos reforçou que pretendia fazer um parêntese, frisando que não era para interagir com os membros da Comissão. O eleito ressaltou que pretendia clarificar aquilo que o eleito António Gomes frisou, que era necessário clarificar o que tinha dito, ressaltando que o eleito António Gomes tinha razão e que se o próprio disse que eram representantes da Assembleia, devia ter dito que eram eleitos pela Assembleia.-----

----- Prosseguiu o eleito ressaltando que o cerne da questão era que os representantes, os eleitos da Assembleia na CPCJ tinham sido partidarizados, coisa que não acontecia até ao ano dois mil e dezassete, uma vez que até dois mil e dezassete, todas as forças políticas representadas na Assembleia eram eleitas para a Comissão Alargada e que os eleitos para o presente mandato para os representantes, os eleitos da Assembleia Municipal para estarem na Comissão Alargada, eram quatro pessoas e eram todos candidatos do Partido Socialista nas últimas autárquicas. Por essa razão o eleito João Ramos afirmou que partidarizaram completamente aquilo que era a representação da Assembleia junto da Comissão Alargada e por essa razão, ressaltou que a bancada da CDU viu-se obrigada a questionar, frisando ainda que, tinham percebido em outras alturas quando perguntavam, que as pessoas que eram eleitas pela Assembleia Municipal, por vezes nem sempre iam às reuniões, não apareciam, não estavam lá e não participavam e por isso era relevante aquilo que perguntava. -----

-----No uso da palavra o senhor Presidente da Assembleia Municipal verificando não haver mais intervenções, passou a palavra à representante da CPCJ.-----

-----No uso da palavra a doutora Amélia Venâncio cumprimentou todos os elementos, reforçando que estava em representação da Presidente, que se encontrava ausente por motivos de saúde e que sendo uma baixa prolongada a Entidade que a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

representava, que era o Centro de Saúde, teve o cuidado de a substituir prontamente, frisando que essa pessoa substituta não estava como Presidente, uma vez que esse cargo não era substituível, mas como membro da Comissão restrita da Comissão Alargada, substituída por uma colega que integrou recentemente a equipa. -----

-----Na qualidade de Secretária a doutora Amélia prontificou-se para responder às questões que os eleitos quisessem esclarecer sobre o relatório de atividades da CPCJ, que atempadamente tinha sido enviado. Relativamente àquilo que tinha sido questionado, a Doutora Amélia Venâncio referiu que em relação à composição da CPCJ, que fazia parte da Comissão Alargada, a eleição de quatro cidadãos eleitores representantes da Assembleia Municipal de Moura e que esses representantes, à semelhança de todos os outros membros da Comissão Alargada, eram eleitos para mandatos de três anos, que não eram coincidentes com os mandatos autárquicos, e que aqueles representantes eram eleitos enquanto cidadãos e à semelhança dos outros elementos da Comissão Alargada não eram substituíveis enquanto entidades, mas sim enquanto cidadãos. -----

-----A doutora Amélia Venâncio frisou que no caso de interromper o seu mandato, seria substituída por uma outra colega que faria um outro mandato que deveria ter a duração de três anos.-----

-----Prosseguiu a doutora Amélia frisando que os cidadãos eleitores que estavam na Comissão Alargada da CPCJ foram eleitos por mandatos de três anos e que recentemente foi substituído no último ano, um dos cidadãos eleitores, com a saída de um outro cidadão eleitor, por razões pessoais, tinha pedido para sair, não tinha terminado o seu mandato, por estar numa situação que era incompatível, solicitou para sair e foi substituído pela cidadã eleitora Carlota Barradas, que iniciou o seu mandato o ano passado. -----

-----A doutora Amélia ressaltou que na questão que lhe foi colocada relativamente ao desempenho dos cidadãos eleitores, a CPCJ possuía um regulamento próprio e no seu regulamento estava previsto o regime de assiduidade dos seus Comissários e, que as faltas eram justificáveis, sendo que por vezes os motivos elencados para justificação eram questionáveis e que se ultrapassassem de facto o limite de faltas, podiam ser injustificadas podendo ser pedida a substituição desse cidadão, à semelhança de



qualquer outro comissário e, dessa forma, era um cuidado que a CPCJ tinha que ter era controlar a assiduidade e que evidentemente tinha. -----

-----Prosseguiu o seu discurso a doutora Amélia focando que existia a Convenção de AIA, que era um organismo que lhes prestava apoio nessas questões e que solicitava a intervenção da CPCJ quando necessária, e que efetivamente no último ano ou no ano imediatamente anterior, a CPCJ teve um pedido através da Convenção de AIA relativamente a uma situação que tinha sido avaliada e remetida informação. -----

-----Ressalvou a doutora Amélia que relativamente a outros cidadãos estrangeiros que podiam estar identificados no relatório eram cidadãos que tiveram processo aberto por algum motivo, mas que não tiveram motivos de maior dificuldade na intervenção com esses cidadãos, lembrando que existia uma criança que veio dos “palops” e que, houve dificuldade com o documento de identificação, mas que também tinha sido resolvida, não havendo dificuldade maior informando que tinham conseguido articular e resolver. -----

-----No uso da palavra o eleito António José Gomes, frisou que relativamente à intervenção do eleito João Ramos, que falava em politizar a CPCJ o próprio lembrava que os membros, os cidadãos eleitores que eram indicados pela Assembleia para a CPCJ iriam integrar por norma a Comissão Alargada e que ultimamente tinha sido efetivamente assim. No entanto, o eleito achava que, considerar politizar era muito mais aquilo que viam no passado em que esteve a presidir à CPCJ assessores do Presidente da Câmara ou de um vereador da CDU na altura e que isso sim, do seu ponto de vista, era muito mais politizar a Comissão do que aquilo que se praticava atualmente. -----

-----No uso da palavra o senhor Presidente da Assembleia Municipal, informou que se estava a apreciar o relatório da CPCJ, solicitava que não se politizasse a discussão. -----

-----Tomou a palavra o eleito João Ramos informando que pretendia dizer que o próprio foi adjunto do Presidente da Câmara e havia sido Presidente da Comissão e que tinha instalado a Comissão inicialmente, frisando que não tinha tomado o poder, uma vez que tinha sido eleito pelos pares, pelos membros da Comissão Alargada, que o elegeram Presidente da Comissão. O eleito reforçou que nessa altura, quando era Presidente da Comissão, a Comissão Alargada, a Assembleia Municipal, aquilo que se



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

acordava nessa altura e estava presente a eleita Maria Fialho, que tinha sido muito tempo membro da Comissão Alargada, mas que havia o princípio em poder envolver todas as forças políticas na referida participação, tendo em conta que a Assembleia Municipal era um órgão político e que, na opinião de alguns, era um órgão político e por isso havia representantes de todas as bancadas, e reforçou que entendiam que os cidadãos eleitores, podiam e integravam e eram membros da Assembleia e até funcionou bem durante muito tempo, no entanto, o eleito frisou que no presente momento a opção era outra. -----

-----No uso da palavra a doutora Amélia Venâncio ressaltou que o que dizia o regulamento da CPCJ era que o perfil desses cidadãos eleitos deviam ser pessoas ligadas à infância e com trabalho reconhecido nessa área da infância, frisando que, deveria ser esse o perfil da pessoa a indicar, independentemente de qualquer força partidária, porque isso não estava, não constava em qualquer parte do regulamento da CPCJ. --- -----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal verificando não haver mais intervenções, agradeceu a presença da doutora Amélia Venâncio e da professora Sílvia Farinho, reforçando que tinha sido extremamente importante a presença dos representantes da CPCJ, de forma a clarificar dúvidas existentes na Assembleia. -----

-----Foi **tomado conhecimento** do Relatório Anual de Atividade de dois mil e vinte e cinco da CPCJ (Comissão de Proteção de Crianças e Jovens do Concelho de Moura). -----

-----No uso da palavra o senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que iriam passar à discussão do ponto número quatro da ordem do dia. -----

-----**4. Tomada de conhecimento da Declaração de Compromissos Plurianuais existentes em trinta e um de dezembro; Pagamentos e Recebimentos em atraso à data de trinta e um de dezembro (DOC. 14/05).** -----

-----O senhor Presidente da Assembleia informou que estavam abertas as inscrições. -----

Ata N.º 05 – Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Moura, realizada aos vinte e três dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e seis

Assembleia Municipal de Moura | Praça Sacadura Cabral | 7860 - 207 - Moura | Tlf - 285 250 400 | Fax - 285 251 702 |

e-mail: assembleiamunicipalmoura@cm-moura.pt | www.cm-moura.pt



-----No uso da palavra o eleito António José Gomes informou que iria ser muito breve relativamente ao ponto, frisando que gostaria apenas de destacar aquilo que já era apanágio do executivo, desde que em dois mil e dezassete tomou posse, que era o facto de não haver à data de trinta e um de dezembro qualquer pagamento em atraso e que era uma marca do executivo em funções e que muito lhes aprazia. -----

-----No uso da palavra o senhor eleito José Maria Pós de Mina disse: -----

-----*"Sobre essa questão e sublinhando e valorizando a importância da não verificação de pagamentos em atraso, até porque isso decorre neste momento de uma obrigação legal, mesmo quem tenha pagamentos em atraso é obrigado pela lei do orçamento de Estado, em ir reduzindo os pagamentos em atraso e quem passar deixar de ter pagamentos em atraso do ponto de vista legal, não pode, tendo depois isso consequências, voltar a ter pagamentos em atraso.* -----

-----*Na ata da reunião de Câmara em que esta questão foi discutida, o senhor Presidente da Câmara profere a frase final que diz "sendo de facto mais uma conquista anual do município", mas eu penso que o senhor Presidente da Câmara não se estava a referir ao documento que foi presente à reunião da Câmara, mas sim a outro documento que está hoje aqui presente à Assembleia Municipal. Porque se o documento tem uma nota positiva e que volto a dizer que valorizamos a não existência de pagamentos em atraso, ele tem outro elemento que o acompanha, que é a indicação sobre os recebimentos em atraso e o que se verifica é que entre dois mil e vinte e dois e dois mil e vinte e cinco, os recebimentos em atraso aumentaram trinta e três virgula trinta e quatro por cento.* -----

-----*O que acontece neste momento é que a dívida na área da habitação ultrapassa os setenta e cinco mil euros, a dívida de clientes entre aspas da Câmara nas áreas da água, saneamento de resíduos é de oitocentos e quarenta e quatro mil euros e depois dívidas diversas são de quarenta e nove mil euros, ou seja, estão a aumentar os recebimentos em atraso e a questão concreta que eu queria colocar sobre esta matéria, porque nalguns casos podemos estar aqui perante situações em que os devedores podem invocar a prescrição e a partir daí, a Câmara perde o direito a poder receber essas verbas, mas tendo em conta que todos os anos aumenta os recebimentos em atraso, gostaria de saber que medidas é que estão a ser tomadas do*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

ponto de vista da gestão, para que, em vez de se verificar ano após ano o aumento, se possa verificar um processo de recuperação destas dívidas.” -----

-----No uso da palavra o senhor Presidente da Câmara, Álvaro Azedo disse:-----

-----“De facto, há aqui uma mudança de paradigma nesta casa, já lá vai o tempo em que os problemas, independentemente das questões formais e legislativas, já lá vai o tempo em que a preocupação eram os pagamentos em atraso, ou então as faturas que obviamente não eram lançadas e que nem sequer contavam para coisa alguma, porque de facto não eram lançadas. Era como se não existissem. Mas vejo, com alguma, com alguma piada e não percebiam mal, o facto do José Maria Pós-de-Mina achar obviamente que esta coisa dos recebimentos em atraso põe em causa, o funcionamento desta casa. Não. O que colocava em causa o funcionamento desta casa foi a má gestão financeira que durante muitos anos grassou na Câmara Municipal de Moura e que paulatinamente com coerência, com paciência envolvendo os técnicos desta casa e envolvendo toda a gente fomos fazendo, fomos fazendo caminho. -----

-----Hoje, felizmente já não temos ninguém a bater-nos à porta, à procura daquilo que lhe pertence, porque esta Câmara cumpre, cumpre com as empresas, cumpre com o movimento associativo, cumpre com todas as pessoas. Obviamente que para nós é importante receber aquilo que nos devem, mas há realmente uma diferença entre irmos à procura daquilo que nos devem e virem outras pessoas à procura daquilo que nós devemos aos munícipes, devemos às empresas e devemos às empresas com quem temos compromissos. -----

-----Mas, se o senhor Presidente da Assembleia Municipal permitir, passava também a palavra ao José Banha para ele deixar aqui mais um ou dois apontamentos”.

-----No uso da palavra o senhor Vereador José Banha, cumprimentou o senhor Presidente da Mesa, a Excelentíssima Mesa, o senhor Presidente da Câmara, os senhores Vereadores, os senhores Eleitos na Assembleia, Público e disse: -----

-----“Eu estou estupefacto com a observação do eleito José Maria Pós de Mina, porque está a dizer que houve um aumento de trinta por cento numa base de setenta, porque noutro tempo o valor acumulado e está aqui, é de enorme montante e por isso, aquilo que nós temos feito nos últimos tempos foi fazer alguns acordos, nomeadamente na água. -----

Ata N.º 05 – Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Moura, realizada aos vinte e três dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e seis



-----Nós também sabemos a questão da prescrição e as pessoas também sabem, não é? Aquilo que contabilisticamente ainda não se fez, foi limpar um passado de há muitos, muitos anos que é este acumulado que fala em oitocentos mil euros, porque naturalmente esses oitocentos mil euros não são dos últimos quatro ou cinco ou seis ou sete anos, vem de há vinte anos para cá e é curioso que quando nós estamos no executivo, não nos lembramos de tomar medidas e eu já disse isso aqui uma vez, quando se está na oposição, em concreto a CDU tem sempre medidas extraordinárias para tomar e depois lá vem a famosa frase, são opções. -----

-----Aqui as opções é fazer acordos com as pessoas naquilo que se consegue fazer, porque naturalmente algumas pessoas não pagam e também não há forma de vir a pagar porque não têm meios para pagar e nós também temos que ser condescendentes um pouco nessas situações, naturalmente, as pessoas não têm recursos para pagar têm um acordo para fazer o pagamento. -----

-----Por exemplo, a questão da habitação social é uma situação muito sensível que nós temos que tratar com pinças, porque às vezes as pessoas não têm recursos, e quando aqui se defende, que as pessoas não têm recursos é de uma forma, quando deviam ser tratadas de outra, por isso têm que nos esclarecer como é que querem que nós tratemos as situações, porque nós temos muito cuidado com o tratamento das pessoas e com as suas dificuldades. -----

-----Pior é um milhão e meio de euros que nós estamos a pagar ao BEI (Banco Europeu de Investimento) por faturas de água que a Câmara não pagava à GDA e tinha essa obrigação de as pagar, isso sim, isso é que é grave, agora a dívida de terceiros à Câmara, quando algumas pessoas têm dificuldades de sanar essas dívidas, nós temos ao longo do tempo tido esse cuidado. Mas também lhe digo o acumulado que havia em dois mil e dezassete era na ordem dos seiscentos e tal ou setecentos mil euros e, isto é um acumulado de vinte anos, não é um acumulado de dívidas agora dos últimos quatro a cinco anos, como o eleito José Maria Pós de Mina, aí às vezes truncando as palavras e as datas, quer fazer passar nesta Assembleia". -----

-----No uso da palavra o eleito José Maria Pós de Mina disse: -----

-----"Eu queria também sublinhar e valorizar a criatividade dos responsáveis atuais do Partido Socialista na Câmara, que conseguem ver coisas que não existem,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

mas pronto, é sempre esta história, quer dizer, não vou discutir a questão da má gestão financeira. Os senhores quando são questionados sobre uma questão concreta que tem que ver com a vossa responsabilidade, neste dia vinte e três de fevereiro de dois mil e vinte e seis, os senhores falam ainda de não sei quê troca o passo, mas o que é um facto ainda por cima, quer dizer, é com esta coisa criativa dizer que o valor da dívida dos recebimentos em atraso é um problema que vem do passado. -----

-----Meus senhores, em dois mil e vinte e dois, que eu saiba quatro anos após a gestão da vossa responsabilidade, a dívida total era de setecentos e vinte e seis, oitocentos e noventa e sete euros e quarenta cêntimos, passados quatro anos com a nova gestão da vossa responsabilidade, o valor da dívida aumentou para novecentos e sessenta e nove, duzentos e setenta euros e trinta e quatro cêntimos, aumentou duzentos e quarenta mil euros, isto passados quatro e oito anos deve-se à gestão anterior da CDU? Este aumento até admito que os seiscentos mil euros, até dou de barato que pudessem ser. -----

-----Agora, isso também traduz outra coisa, não é só o problema do impacto que isso possa ter nas finanças da Câmara, que até pode ser suportável, pois isso também traduz uma realidade que não é o ponto que estamos aqui a discutir que, se calhar um concelho que muitos estão a apresentar como um concelho que está no caminho do desenvolvimento, afinal tem problemas de natureza social complicados e que leva a que as pessoas tenham dificuldades no pagamento e que conduzam a esta situação.

-----A questão concreta que eu perguntei, e é isso que nos interessa, e nós não deixaremos de colocar as questões que entendermos dever colocar, era saber quais são as medidas que estão a ser tomadas para inverter esta situação, porque como é evidente, esta situação não pode continuar desta forma, tem que se encontrar soluções e é isso que nós perguntamos, não perguntamos outra coisa, não vou discutir a questão do troncar da má gestão financeira, essa questão não é o que está em discussão agora.

-----Esse tempo já disse, nós podemos ter sido os maiores piratas que existiram neste mundo, no Concelho de Moura, Portugal, no universo e nas galáxias todas podemos ter sido e fizemos as piores piratarías, mas neste momento, infelizmente, neste momento quem está a gerir são os senhores e os senhores têm que responder sobre as suas opções. Foi essa a pergunta, não é esconder-se de trás de uma coisa



para não responder diretamente. Foi uma pergunta simples, que medidas estão a ser tomadas ou então se considera que esta situação também pode ser essa a resposta, esta situação é uma situação para continuar assim e para daqui por quatro anos, em vez de haver novecentos mil euros, haverá um milhão de euros. Só uma notazinha é só isso que vou dizer, vamos beber água, oitocentos mil euros ainda estão em dívida do tal um milhão que era tão pesado há oito anos, estão em dívida, oitocentos mil, portanto não os pagaram todos”. -----

-----No uso da palavra o senhor Presidente Álvaro Azedo disse: -----

-----“Havia um conhecido nosso que dizia que até se embebedava com a conversa da água. Acho que isso aqui até na Assembleia Municipal e já aqui se disse em tempos, eu pedia ao senhor Presidente da Assembleia que ficasse transcrito em ata tudo aquilo que se falou aqui neste ponto em concreto, porque isso até mesmo para memória futura, vai dar alguma piada, para lermos e relermos, num futuro próximo. ---

-----Mas eu queria lembrar o José Maria Pós de Mina que foi este executivo, que protocolou com a Autoridade Tributária a cobrança, das dívidas através da Autoridade Tributária, fomos nós, não foi nenhum outro executivo. Portanto, há aqui um exercício no sentido, obviamente, de chegarmos lá, de cobrarmos de facto essas dívidas. Por outro lado, também promovemos alteração ao regulamento para pagamento das prestações da dívida, também foi este o executivo, obviamente ninguém quer ter à porta, gente que lhe deve dinheiro, mas eu fico de facto, mais uma vez muito feliz por ver que a Assembleia Municipal está a discutir não as dívidas da Câmara, mas as dívidas de terceiros e isso só acontece, minhas Senhoras e meus Senhores, porque este executivo colocou as contas desta casa em dia desde dois mil e dezassete até aqui, tem vindo a fazer esse caminho e tem, de facto, um trajeto do qual se pode honrar.

-----Olhe que continuemos a discutir as dívidas de terceiros para com a Câmara e que continuemos a fazer tal como o José Banha disse e muito bem, havendo sensibilidade social, havendo cuidado na forma como nós gerimos a dívida de terceiros para com esta casa, mas acima de tudo, fazendo com que esta casa cumpra aquilo a que se compromete com todos, com as empresas, com os funcionários, com o movimento associativo, com todas as entidades e instituições com as quais nós temos uma relação comercial, mas fico feliz pelo facto de em muitos anos nós olharmos para



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

esta situação e esta informação, sabendo-se que a discussão à volta desta informação é o que nos devem e não aquilo que o município de Moura deve. Excelente trabalho José Banha". -----

-----No uso da palavra, o eleito José Maria Pós-de-Mina disse: -----

-----"É só para referir que em relação a essa questão da intervenção da Autoridade Tributária, nos processos de cobrança, nós não nos revemos nessa posição, porque a questão no nosso entendimento, a questão das execuções de natureza fiscal tem que ver com o exercício do poder da autoridade do Estado e aqui a maior parte desta dívida não decorre dessa situação, decorre de uma relação que é de carácter comercial, mas isto é uma opinião que é diferente, é para explicar porque é que nós nunca recorremos a essa questão de intervenção da Autoridade Tributária". -----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal verificando não haver mais intervenções informou que a discussão do ponto estava encerrada. -----

-----Foi **tomado conhecimento** da Declaração de Compromissos Plurianuais existentes em trinta e um de dezembro; Pagamentos e Recebimentos em atraso à data de trinta e um de dezembro. -----

-----No uso da palavra o senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que passariam à discussão do ponto número cinco da ordem do dia. -----

-----**5. Proposta - Empresa Municipal Herdade da Contenda, E.M - Administrador Executivo - Remuneração Mensal (DOC. 15/05).** -----

-----No uso da palavra o senhor Presidente da Assembleia verificando não haver intervenções passou à votação do ponto número cinco. -----

-----**Deliberado, por unanimidade dos presentes**, com vinte e sete votos a favor, **aprovar** a Proposta - Empresa Municipal Herdade da Contenda, E.M - Administrador Executivo - Remuneração Mensal.-----

Ata N.º 05 – Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Moura, realizada aos vinte e três dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e seis

Assembleia Municipal de Moura | Praça Sacadura Cabral | 7860 - 207 - Moura | Tlf - 285 250 400 | Fax - 285 251 702 |

e-mail: assembleiamunicipalmoura@cm-moura.pt | www.cm-moura.pt



-----No uso da palavra o senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que passariam à discussão do ponto número seis da ordem de trabalhos. -----

-----**6. Proposta de Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências na União e Juntas de Freguesias do Concelho de Moura (DOC. 16/05).**-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que estavam abertas as inscrições para o ponto seis da ordem do dia. -----

-----No uso da palavra, o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Amareleja, Tiago Batista cumprimentou a Mesa da Assembleia, todos os eleitos e o público presente. -----

-----O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Amareleja informou que iria resumir a questão que dizia respeito aos três documentos, ao acordo de cooperação, ao contrato interadministrativo e ao acordo de transferências e frisou que havia uma questão que pretendia clarificar que já tinha colocado anteriormente e prosseguiu frisando que o contrato Interadministrativo previa os retroativos a partir do dia um de janeiro de dois mil e vinte e seis e que os outros dois, o de execução e o de cooperação, no tocante aos retroativos não estava mencionado, a partir de que data eram os retroativos. -----

-----Frisou o Presidente da Junta de Freguesia que a outra questão era uma questão mais específica, que era sobre o serviço de recolha de resíduos seletivos, frisando que também já tinha colocado essa questão, no entanto, tentou informar-se melhor qual era o problema sobre essa questão e deu o exemplo frisando que na Amareleja havia dois funcionários, dois dias durante a semana, afetos a essa recolha, papel, cartão, e plástico nos estabelecimentos comerciais e que era armazenado no centro de resíduos na Amareleja e posteriormente, vinha a Resialentejo e recolhia os resíduos. -----

-----Prosseguiu o eleito frisando que a questão que colocou na negociação dos contratos, era o porquê dos valores que estavam explanados não serem atribuídos às



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

autarquias e foi-lhe dito e bem, porque esses resíduos não eram entregues no ecocentro em Moura. -----

-----O eleito procurou informar-se, uma vez que os resíduos, que eram recolhidos e separados na Amareleja eram colocados nos contentores da Resialentejo, e era a entidade que geria ou tinha parte no ecocentro de Moura. O eleito frisou que, tendo em conta que esses resíduos eram levados para Beja, porque é que não eram contabilizados como os resíduos que estavam no acordo.-----

-----No uso da palavra o Presidente da Junta de Freguesia do Sobral frisou que a sua intervenção não se prendia com nada de concreto acerca da transferência, uma vez que as transferências foram negociadas, o contrato foi negociado com a Junta, bem como com os outros colegas das outras juntas, no entanto pretendia focar um preciosismo. -----

-----Prosseguiu o eleito frisando que no quadro número três no serviço de conservação e manutenção de bermas e valetas, dos seis contratos existentes, quatro tinham um valor e dois tinham outro valor. O valor que constava em quatro contratos era zero virgula trinta e três doze por metro linear, nos outros dois constava zero, trinta e três, no entanto, o valor final que aparecia nos outros dois que constava zero, trinta e três, era o mesmo do que tivesse sido feito a conta com o zero, trinta e três doze.---

-----Ressalvou o eleito que nos dois contratos do Sobral da Adiça e da Amareleja identificava essa relação, nos restantes contratos todos tinham o valor igual, o que perfazia uma diferença de menos quinhentos e sessenta euros no caso da Junta de Freguesia do Sobral da Adiça. -----

-----No uso da palavra o senhor Presidente Álvaro Azedo disse: -----

-----*“Caros Presidentes da Junta de Freguesia da Amareleja e de Sobral da Adiça, antes de mais, queria-vos a vocês e aos vossos colegas assegurar desde já que este executivo vai cumprir todas as suas obrigações, como sempre cumpriu com as Juntas de Freguesia e vocês sabem, obviamente, distinguir aquilo que era um passado que ainda conhecemos, de dívidas às juntas de freguesia e aquilo que é um presente desde dois mil e dezassete até aqui, em que nós temos vindo a cumprir e, com isso, garantir que as juntas de freguesia têm todas as condições, não só para trabalhar de forma descansada no quadro da sua articulação com a Câmara, seja ao nível do contrato*



interadministrativo, seja ao nível do acordo de cooperação, seja ao nível do acordo de execução, terão obviamente todas as condições para trabalhar com a serenidade que vocês precisam e com a cooperação que vocês merecem quanto ao cumprimento, até porque nós solicitámos da vossa parte a anuência para levarmos a reunião de Câmara os acordos e essas questões até nem foram levantadas. -----

-----Portanto, compreendo que de parte a parte possa haver aqui uma ou outra coisa que havemos certamente de esclarecer e havemos certamente de resolver, há uma coisa que vos posso garantir, este executivo e esta Câmara não vai ficar com um único cêntimo que seja pertença das juntas de freguesia, pode a senhora e os senhores Presidentes ficarem inteiramente descansados quanto a isso, havemos, obviamente de clarificar essa situação, ver essa questão, do quadro e estou perfeitamente descansado em relação ao cumprimento, não só das metas da vossa parte, porque sei que vão fazer um esforço muito grande no sentido de cumprirem as vossas metas. No tocante à matéria delegada em relação aos acordos que nós temos, mas também da nossa parte, terão todo o apoio técnico, logístico e o cumprimento financeiro para que vocês possam executar bem aquilo que obviamente são as tarefas que estão associadas a estes acordos e que fazem, obviamente, parte das expectativas das nossas populações. -----

-----Foi um trabalho muito interessante de parte a parte, de toda a gente em que se envolveram os serviços do município, os presidentes de Junta de Freguesia, nesta negociação de uma forma muito aberta, muito franca e, acima de tudo, muito proativa, entre todos e gostava de deixar isso também bem claro, nesta Assembleia Municipal e passo desde já a palavra ao José Banha que pode ter aqui algum apontamentozinho para fazer, mas as dúvidas que vocês têm podem ficar descansados uns como outros, podem ficar descansados que irão se clarificar. Fiquei com pena de não terem sido colocadas antes, porque obviamente estávamos descansados que estava tudo lisinho, mas pronto, mas eu estou convicto que vai correr tudo pelo melhor é essa a nossa expectativa. -----

-----No uso da palavra o Vereador José Banha disse: -----

-----“Não queria acrescentar muito mais, mas essa questão do papelão da Amareleja não sei responder, agora temos que ver essa situação se é entregue no



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

centro lá para eles recolherem não é a Resialentejo, temos que ver como é que é essa situação, porque não sei responder. Agora em relação aos próprios contratos e em reunião com os seus presidentes de Juntas, todos eles tiveram em negociação, um incremento de vinte por cento, e acho que é um valor que todos reconheceram, que é um esforço também do município, porque efetivamente o município também não tem fundos ilimitados e tivemos todos o bom senso de parte a parte nesta negociação, chegar a bom porto. Em relação a esses pormenores que foram aí falados nós depois vamos ver, mas naturalmente, como já aqui foi dito, não haverá qualquer problema e será tudo devidamente colocado de forma correta e pago naturalmente a tempo e a horas também.” -----

-----No uso da palavra o senhor Presidente da Junta de Freguesia do Sobral, Helder Raposo frisou que a sua questão não era uma dúvida, era apenas e só a alteração, porque o valor final estava correto. Frisou o eleito que não podia fazer a apreciação anteriormente porque inicialmente só teve acesso ao seu contrato, ressaltando que após ter acesso aos contratos todos, conseguiu facilmente comparar os números. -----

-----Prosseguiu o eleito ressaltando que o alerta não tinha nada de mal porque o valor final quer para a Junta de Freguesia do Sobral, quer para a Junta de Freguesia de Amareleja, era o mesmo valor com o zero, trinta e três doze. -----

-----No uso da palavra o senhor Presidente da Assembleia Municipal verificando não haver mais intervenções informou que passariam à votação do ponto seis, da ordem do dia. -----

-----**Deliberado**, por **unanimidade dos presentes**, com vinte e sete votos a favor, **aprovar** a Proposta de Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências na União e Juntas de Freguesias do Concelho de Moura. -----

-----Seguidamente o senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que iriam passar à discussão do ponto sete da ordem do dia. -----



-----7. Proposta de Acordo de Cooperação entre a Câmara Municipal de Moura com a União e Juntas de Freguesia (DOC. 17/05). -----

-----No uso da palavra o senhor Presidente da Assembleia informou que estavam abertas as inscrições para discussão do ponto número sete. -----

-----No uso da palavra o eleito José Maria Pós de Mina disse: -----

-----*“Bem sobre esta questão dos acordos de cooperação há algumas considerações, a primeira e como os senhores gostam muito de falar de dois mil e dezassete, dar os parabéns que finalmente conseguiram ultrapassar a barreira de dois mil e dezassete, ou seja, conseguiram ultrapassar os valores que estavam nos acordos de cooperação em dois mil e dezassete. -----*

-----*Nalguns casos em algumas freguesias, por exemplo, Safara e Santo Aleixo da Restauração, as duas conjuntas ainda não conseguiram atingir o valor de dois mil e dezassete e a Póvoa de São Miguel só aumenta sete por cento relativamente ao valor de dois mil e dezassete, mas ainda bem que, houve este avanço e esta cooperação que, na nossa opinião, devia ter existido mais cedo. -----*

-----*Segunda nota que eu queria deixar, era que gostaríamos de solicitar que nos fossem fornecidos os cálculos que tiveram na base da distribuição dos valores, nós estivemos a fazer as contas relativamente à distribuição com base no critério, dos quarenta por cento da área, quarenta por cento da população e vinte por cento do alojamento e chegamos à conclusão, que os valores não estão corretos. Há Juntas de Freguesia que estão a ser prejudicadas pela forma como a Câmara está a fazer as contas e há Juntas de Freguesia que estão a ser beneficiadas por esse facto. Uma vez que os acordos estão aqui já presentes para a Assembleia Municipal, para discussão e para a aprovação, nós vamos votar a favor e entendemos que os valores que aqui estão são os valores base e a nossa sugestão, era que sejam verificadas as contas, na nossa opinião, que elas sejam corrigidas e na sequência da correção que as Juntas de Freguesia que têm menos valor que aqueles que deviam ter, devem ser compensadas e aquelas que já têm aqui mais valor não devem ser prejudicadas porque já foi assumido o compromisso desse valor, que significa que o valor total subiria alguns euros. --- -----*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

-----A outra questão que queria colocar prende-se com os acordos de cooperação, refere aqui na parte inicial: “o presente acordo de cooperação estabelece o apoio financeiro a conceder a partir de um de janeiro de dois mil e dezanove, nas seguintes áreas” e depois refere as três áreas que estão aqui contempladas. Depois, no corpo do artigo diz que é por o mandato, mas diz que é desde dois mil e dezanove, por acaso seria altamente positivo, porque aqui a Câmara teria que poder ressarcir as Juntas de Freguesia de tudo o que falta desde dois mil e dezanove, mas isso acontece em cinco acordos, porque no acordo de cooperação com a União de Freguesias de Moura e Santo Amador já parece que é a partir de um de janeiro de dois mil e vinte e seis, portanto, não se percebe porquê. Eventualmente estamos aqui perante aquela situação do “copy past” e não foi atualizada a questão da data.-----

-----A última nota que eu queria deixar e prende-se com esta questão da natureza dos acordos de cooperação é que nós entendemos que esta questão da existência desta forma de apoio não deve ser uma forma direcionada, ou seja, e até era assim que era feito nos tais tempos que os senhores abominam, em que o valor é transferido sem qualquer obrigação de afetar áreas, vocês aqui eram contra as áreas e na altura, as juntas de freguesia, no âmbito da sua autonomia, aplicariam as verbas onde entendessem e é também o seu entendimento que devia ser essa a metodologia”. ----

-----No uso da palavra o senhor Presidente da Câmara Álvaro Azedo disse: -----

-----“Em primeiro lugar, reiterar aquilo que disse há instantes, estão a Senhora e os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia inteiramente descansados que, e eu lamento de facto, que estas questões que têm sido aqui apontadas na Assembleia não tivessem devidamente polidas, ou seja, esclarecidas. No texto nós vamos obviamente analisar essa situação e retificar e não ficaremos a dever certamente um único cêntimo a qualquer Junta de Freguesia, até porque o processo foi tratado com toda a clareza e com toda com toda a lisura. -----

-----Sobre a questão de termos conseguido ultrapassar a barreira de dois mil e dezassete, senhor José Maria, não foi só a barreira de dois mil e dezassete, foi a barreira das dívidas às juntas de freguesia e volto a reiterar precisamente a mesma coisa, o senhor não gosta de ouvir isso, mas tem que ir ouvindo, porque obviamente são várias as barreiras que nós conseguimos ultrapassar e uma delas é a clareza de



todos os documentos que nós trazemos a esta Assembleia Municipal no qual todos os presidentes de Junta de Freguesia se sentem sem dúvida reconhecidos e não há um único Presidente de Junta de Freguesia, seja ele de que partido for, possa dizer que, como é óbvio, não tenhamos, era só mais o que faltava, não é uma situação de privilégio de uns e uma situação de não privilégio para outros. Quanto à questão da fórmula de cálculo, nós vamos ver essa situação e obviamente não temos problemas nenhuns em partilhar convosco, é só o que faltava que fossemos não partilhar, até porque a fórmula de cálculo está nos documentos, mas vamos rever as contas de todos no sentido de se verificar se há algum erro. Se houver algum erro, reitero aquilo que já dissemos há bocadinho, a Câmara só tem é que retificar, retificamos esses valores e afinamos a máquina em reunião com os senhores, presidentes das Juntas de Freguesia, quanto a isso, estamos descansados e passo também a palavra ao José Banha, se me permitisse. -----

-----No uso da palavra o Vereador José Banha disse: -----

-----“Bom, eu só queria dar aqui alguma informação em concreto, nomeadamente aos números, porque manda-se aqui aquela informação de que ultrapassámos datas e se me permitem agora também, já que se referiu a dois mil e dezassete deixe-me mandar aqui também com as datas um pouco. Eu fiz aqui o nosso histórico e o contrato interadministrativo bermas e valetas, que é a que se refere esta componente, deixe-me lá seguir o meu raciocínio, também não pode aqui orientar o meu raciocínio deixe-me lá terminar, o contrato interadministrativo que são bermas e valetas, em dois mil e dezoito havia uma distribuição de cento e trinta e cinco mil euros, em dois mil e vinte e seis temos uma distribuição de duzentos e vinte e quatro mil euros, isto faz que nestes últimos seis anos, sete anos, temos um incremento de sessenta e cinco por cento, só neste período deste executivo ou destes executivos desde dois mil e dezassete. -----

-----Em relação à cooperação de dois mil e dezoito e também para dois mil e vinte e seis temos um valor inicial de setenta e seis mil euros para todas as Juntas de Freguesia e estamos a distribuir no ano dois mil e vinte e seis, cento e cinquenta e seis mil euros, havendo um aumento de cem por cento, ou seja, todos os anos foi feito este incremento. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

-----Em relação à transferência de competências naturalmente decorre da lei, há outro protocolo, foi ele naturalmente negociado com as Juntas de Freguesia, no sentido de libertarmos essa verba que vai diretamente do orçamento de Estado, a Câmara liberta essa verba no orçamento de Estado e o orçamento de Estado paga e distribui a cada uma das Juntas de Freguesia o valor que está definido naquelas competências que foram delegadas. Mas eu, o mais curioso e eu não queria dizer isso, mas vou ter que dizer, porque as pessoas efetivamente uns estão aqui há sete ou oito anos, outros estão há vinte, outros estão há trinta, agora ouvir da boca de um eleito, que em dois mil e dez e eu não tenho que me colocar nesse papel agora, mas como munícipe também posso dizer isso e está aí o senhor Presidente da Junta, que é uma freguesia deste concelho que se chama Amareleja e em dois mil e dez, por mudar de força política, houve uma leitura da Câmara Municipal a dizer que, aquela freguesia que até à altura era rural, passou a urbana por magia e passar urbana por magia, levou dois anos sem receber o valor dos protocolos, dois anos, foi-lhe negado dois anos de apoio, dois mil e nove, dois mil e dez e dois mil e onze por decreto e por proposta do Presidente da Câmara na altura. -----

-----Aquilo que eu deixo aqui como garantia neste período todo, estamos a falar de dois mil e dezassete até agora, é que em momento algum, em momento algum, o executivo que gere esta casa discriminou qualquer uma das juntas de freguesia em valor, em qualquer uma das medidas, foi sempre igual para todos e ainda há bocado ali o senhor Presidente da Junta de Freguesia do Sobral disse, o valor está certo, mas falta aqui, falta o número um na centésima ou na milésima, não há aqui uma grama que diga que para uns ou para outros houve diferença, mesmo com erros de escrita, que o valor estava certo e isso é que nos dá orgulho e alegria por termos aqui as Juntas de Freguesia completamente todas tratadas de forma igual. -----

-----E não posso já dizer o mesmo, porque agora estamos também a olhar em dois mil e nove e dois mil e dez, que só porque houve uma nova configuração das eleições na altura, houve uma das freguesias deste concelho porque elas existem, passou de rural a urbana e passou a ser sonegado mais de cem mil euros a essa Junta de Freguesia. E agora parece-me que as vontades são diferentes, somos mais rigorosos, agora temos um rigor extremo até nos valores que diz que estão errados, as

Ata N.º 05 – Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Moura, realizada aos vinte e três dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e seis

Assembleia Municipal de Moura | Praça Sacadura Cabral | 7860 - 207 - Moura | Tlf - 285 250 400 | Fax - 285 251 702 |

e-mail: assembleiamunicipalmoura@cm-moura.pt | www.cm-moura.pt



coisas estão erradas, agora está tudo errado, mas deixe-me dizer-lhe, senhor José Maria Pós-de-Mina, que nessa altura o Presidente da Câmara era o Senhor". -----

-----No uso da palavra o eleito António José Gomes referiu que aquilo que tinha para dizer, basicamente já tinha ficado prejudicado pelas intervenções do senhor Presidente da Câmara e do senhor Vereador, que já utilizaram na sua explanação aquilo que pretendia dizer. No entanto, o eleito frisou que não deixaria de chamar a atenção para um pormenor que era o facto do eleito José Maria Pós-de-Mina ir buscar uma situação de dois mil e dezassete, digamos que o que se comprovava de facto e podia fazê-lo naturalmente porque era legítimo que o fizesse na argumentação e no debate político que se travava habitualmente na Assembleia era inteiramente legítimo os eleitos utilizarem como base de argumentação no debate situações do passado. No entanto, o eleito frisou que era curioso e tinha que o fazer, que aquela pessoa que está sempre a criticar por se ir buscar coisas para trás, o eleito José Maria, quando lhe convinha, ia buscar, era normal, os eleitos do PS continuarem a fazê-lo sempre que achassem que se justificava e naturalmente que a CDU tinha toda a liberdade também de invocar aquilo que fez de bem, aquilo que achava que fez de bem neste Concelho. Ressalvou o eleito que também iriam continuar sempre a destacar as diferenças, porque a questão da coerência era muito importante e a coerência para se aferir, tinha que se perceber o que é que se fazia quando se estava no poder e o que é que os outros eleitos fizeram quando se estava na oposição e que assim é que se percebia quem é que era coerente e quem é que não era. -----

-----No uso da palavra o eleito José Maria Pós-de-Mina disse: -----

-----*"Para já dizer que não somos nós que tomamos a iniciativa de falar em dois mil e dezassete ou em dois mil e nove, ou podemos até falar dos mandatos de oitenta e nove a noventa e três, podíamos falar de tudo o que quisermos. Foi o senhor vereador José Banha na reunião de Câmara, quando fez a sua intervenção, que falou numa comparação a dizer que aumentou cem por cento entre dois mil e dezoito e dois mil e vinte e seis e a única questão que nós acrescentamos é que aumentou nesta situação, mas relativamente a dois mil e dezassete já não foi a duplicação. Porquê? Porque em dois mil e dezoito a forma mágica que tiveram para resolver o problema que existia da dívida às juntas de freguesia, nunca negamos a existência desse problema, foi*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

simplesmente cortar a torneira. Foi isso que fizeram, cortaram quarenta por cento nos acordos de cooperação, durante o mandato, durante o vosso primeiro mandato. Enquanto que a CDU na sua gestão atribuía as verbas e tinha dificuldades e atrasava-se nos pagamentos, isso é inequívoco não escondemos isso, o PS resolveu de forma simples, fechou a torneira, cortou durante esse mandato. As juntas de freguesia receberam menos duzentos mil euros, esse valor, muito mais do que era a dívida, e assim é fácil acabar com a dívida, deixa de se transferir acaba-se a dívida, porque as outras transferências que se fazem das bermas e valetas, dos outros contratos, se estivermos a falar dos contratos interadministrativos, estamos a falar de entre aspas prestações de serviço que as juntas estão a fazer às câmaras e que por isso a Câmara paga, quando estamos a falar de delegação de competências, estamos a falar de uma competência que em vez de ser a Câmara a exercer é a junta e que por isso deve ser ressarcida. Quando estamos a falar de cortes nos acordos de cooperação, era uma verba que a Câmara atribuía às juntas para as juntas administrarem como quisessem, e foi aí que foi o corte e termino não vale a pena estar com mais conversa”.-----

*-----No uso da palavra o senhor Presidente, Álvaro Azedo disse: -----
-----“Ora bem, em dois mil e um eu estava numa Junta de Freguesia, em dois mil e cinco eu estava numa Junta de Freguesia, em dois mil e nove eu estava numa Junta de Freguesia, em dois mil e treze eu estava numa União de freguesias. Eu só queria ver o que é que era a vossa vida se estivessem a passar por uma Junta de Freguesia no tempo da CDU, enquanto estive à frente dos destinos do município de Moura. De certeza absoluta, o senhor Pós de Mina pode dizer o que lhe apetecer, mas a forma como as juntas de freguesia, nomeadamente aquelas que não eram da CDU eram tratadas, era completamente diferente daquilo que hoje se vê. É como eu lhe estou a dizer e agradeço que fique registado em ata, a forma como as juntas de freguesia do Partido Socialista eram tratadas eram completamente diferente da forma como as juntas da CDU eram tratadas, e aquilo que hoje se vê, é correção a todos os níveis, com todas as juntas de freguesia e vou-lhe dizer mais, deve-se lembrar certamente de terem retirado a ocupação de via pública às juntas de freguesia, devem-se lembrar disso, mas também devem ser lembrados das dívidas que tinham à Junta de Freguesia e aquilo que nós fizemos em dois mil e dezassete, quando aqui chegamos,*

Ata N.º 05 – Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Moura, realizada aos vinte e três dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e seis

Assembleia Municipal de Moura | Praça Saradura Cabral | 7860 - 207 - Moura | Tlf - 285 250 400 | Fax - 285 251 702 |

e-mail: assembleiamunicipalmoura@cm-moura.pt | www.cm-moura.pt



foi um esforço muito grande para pôr as contas desta casa em ordem e fomos fazendo caminho, mas fomos fazendo caminho e não fomos prometendo tudo às juntas de freguesia para depois não cumprir. -----

-----Comprometemos com as juntas de freguesia salvaguardando as juntas de freguesia para que elas, acima de tudo, soubessem que aquilo que tinham comprometido com a Câmara era salvaguardado e era pago ao final de cada mês, era pago ao final de cada ano para que estas pudessem fazer o seu caminho e hoje temos uma realidade, José Maria completamente diferente, completamente diferente e o senhor tem que reconhecer isso. -----

-----Pagamos a tempo e horas e se fôssemos somar a isso tudo também o apoio logístico que damos, o apoio técnico que damos, obviamente que certamente acrescentaria muito dinheiro em cima do dinheiro, mas nós não choramos nem um cêntimo daquilo que nós damos às Juntas de Freguesia, muito pelo contrário, como o senhor diz e muito bem, elas estão a trabalhar para a Câmara Municipal e trabalhando para a Câmara Municipal, estão trabalhando para os seus munícipes, para os seus fregueses. Portanto, tenho muito orgulho nestes documentos, tenho muito orgulho nestes Presidentes de Junta de Freguesia todos, como tenho de todos aqueles que desde dois mil e dezassete que nos acompanharam até aqui, com muita compreensão, com muito trabalho, muitas das vezes os Presidentes da Junta de Freguesia, querendo mais, querendo mais e nós, obviamente sensibilizando os Presidentes da Junta de Freguesia para a necessidade de fazermos um caminho que a Câmara pudesse honrar para com cada Presidente da Junta de Freguesia e é isso que nós temos vindo a fazer de uma forma séria. -----

-----Agora, obviamente, às vezes tem que se ouvir coisas como aquela que o José Banha, disse aqui há bocadinho, quando lhe interessava, obviamente, um então Presidente de Junta de Freguesia passa de rural para o urbano e saca-se-lhe o dinheiro e eu lembro-me aqui nesta mesma sala do Presidente da Junta de Freguesia de então, muitas e muitas vezes, porque eu já ando aqui há vinte e quatro anos e já vi alguma coisa, e lembro-me nesta mesma sala um Presidente da Junta de Freguesia da Amareleja de então, contestar repetidamente isto e ficar sem resposta, não é mentira nenhuma e aquilo que hoje o Presidente da Amareleja, o Presidente do Sobral e todos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

as juntas de freguesia desta casa podem e devem reconhecer da parte deste Executivo Camarário é a transparência com que fazemos tudo e não tenho dúvidas nenhuma que vamos ter uma excelente relação de trabalho com todos durante este mandato, até mesmo os mais novos, obviamente têm mais dificuldade, porque é um mundo novo para todos eles, mas cá estará a Câmara para apoiar todos e para suportar todos no vosso trabalho diário. -----

-----Agora desculpem lá, vão ter que me perdoar, há uma diferença muito grande entre antes de dois mil e dezassete e depois de dois mil e dezassete, a começar pelo facto de não devermos nenhum cêntimo a uma única junta de freguesia".-----

-----No uso da palavra o eleito José Maria Prazeres Pós-de-Mina disse: -----

-----"Queria deixar aqui duas notas. A primeira não corresponde à verdade, a afirmação de que as juntas de freguesia do Partido Socialista eram discriminadas e também quero que isso fique em ata e assumo toda a responsabilidade com aquilo que estou a dizer. Depois, outra coisa que eu queria dizer sobre a questão da Amareleja, é que a Amareleja, as alterações que houve na relação com a junta da Amareleja não foram porque a Amareleja mudou de força política, porque já existiam outras juntas de freguesias, se não tínhamos feito isso com Sobral da Adiça, com outras juntas, não foi por isso, foi por outras razões que teve que ver e eu assumo, assumo essa questão com dificuldades de relacionamento com a Junta de Freguesia e dificuldades de relacionamento que punham em causa uma lógica de cooperação que deve existir entre as entidades e uma lógica de cooperação tem que existir pela disponibilidade das duas partes em cooperar e esse é que foi o problema que levou ao facto de se tomar a iniciativa de cessar os contratos de delegação de competências. -----

-----A outra questão das verbas a atribuir às juntas de freguesia e dos acordos de cooperação foi tomada a opção de fazer a atribuição das verbas de acordo com critérios de perequação, que tinham em conta aquilo que era a realidade e as receitas de cada Junta de Freguesia, porque o objetivo da Câmara era compensar as juntas de freguesia que tinham mais dificuldades e foi isso, não houve nada daquilo que foram as opções que foram tomadas, não vou discutir agora se certas ou erradas, até posso dizer que tenho a minha própria opinião sobre isso hoje, mas todas as decisões que foram



tomadas foram devidamente fundamentadas e até foram alvo de processos judiciais que a Câmara não perdeu, é bom ter isso presente". -----

-----No uso da palavra o senhor Presidente Álvaro Azedo disse: -----

-----"Eu queria só dizer que tem razão, José Maria, as juntas de freguesia do Partido Socialista, não foram prejudicadas e eu retiro prejudicadas, foram ignoradas, e gostava que obviamente em ata ficasse ignoradas, não prejudicadas, mas eu gostava que as declarações do José Maria Pós-de-Mina fossem registadas em ata no tocante à questão da Amareleja, porque eu acho e não sei se percebi bem, foram divergências entre a Câmara e a Junta de Freguesia que motivaram a passar de rural para urbana para não receber. -----

-----Senhor José Maria Pós-de-Mina, independentemente das nossas diferenças, há uma coisa que um Presidente de Câmara, mas eu olhe, parece que foi isso que eu ouvi eu gostava, e não me interrompa que eu não interrompi o senhor, percebo que tenha ficado enervado, mas eu gostava que as declarações do senhor José Maria Pós-de-Mina fossem em ata na íntegra, porque o que me pareceu ouvir foi que as divergências entre a Câmara do então Presidente José Maria Pós-de-Mina e do Presidente Valadas, como a coisa não rendia, foram ao dinheiro do Homem. Penso que foi isso que o José Maria Pós-de-Mina disse, portanto, o que lhe posso garantir e a toda a gente, olhe, de facto, não temos nenhuma relação com presidentes de Junta de Freguesia, sejam da CDU, sejam de que partido for, acima de tudo, os da CDU, não fomos eleitos pela mesma cor política, sem dúvida nenhuma, mas desde dois mil e dezassete até aqui não há um único Presidente de Junta de Freguesia eleito pela CDU que possa dizer que este Presidente e estes eleitos, os eleitos obviamente que antecederam a Teresa e tudo mais, os possam ter prejudicado ou que tenham criado uma relação de guerrilha entre um Presidente de Câmara, um executivo camarário e uma junta de freguesia, de certeza absoluta que não viram isso desde dois mil e dezassete até aqui. Agora, de facto, eu pedia que as declarações do senhor José Maria Pós de Mina fossem registadas na ata na íntegra". -----

-----No uso da palavra o eleito José Maria Pós de Mina disse: -----

-----"Para já dizer que subscrevo, agora estamos de acordo que fique na ata exatamente aquilo que se disse e eu não disse que era divergências, porque



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

divergências nunca houve problemas com as divergências, o que eu disse foi dificuldades do ponto de vista da cooperação, não tem nada a ver com divergências, isso relativamente aos protocolos de delegação de competências. Relativamente à questão do acordo de cooperação, disse e volto a repetir, teve que ver com a adoção de critérios diferentes na sua distribuição que se basearam em princípios de perequação e se os senhores gostam muito de fazer escavações arqueológicas dos arquivos da Câmara, vão ver os documentos e as atas desse período, onde estão devidamente fundamentadas essas opções”.-----

-----No uso da palavra o senhor Presidente da Assembleia Municipal verificou que não havia mais intervenções e passou à votação do ponto sete, da ordem do dia.-----

----- **Deliberado**, por **unanimidade dos presentes**, com vinte e sete votos a favor, **aprovar** a Proposta de Acordo de Cooperação entre a Câmara Municipal de Moura com a União e Juntas de Freguesia.-----

-----No uso da palavra o senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que iriam passar à discussão do ponto oito, da ordem do dia.-----

----- **8. Proposta de Acordos de Transferência de Competências para a União de Freguesias e Juntas de Freguesias (DOC. 18/05).** -----

-----No uso da palavra o senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou abertas as inscrições para o ponto número oito.-----

-----No uso da palavra o Presidente da Junta de Freguesia de Sobral da Adiça, Hélder Raposo, frisou que relativamente aos acordos de transferências, importava referir que foram delegadas essencialmente competências que já tinham, ressaltando que para o executivo da Junta de Freguesia do Sobral, o contrato ficou aquém do que esperavam, uma vez que, uma das propostas que a Junta propôs à Câmara Municipal foi ficarem com a parte da limpeza urbana da Ribeira da Perna Seca, que se encontrava num estado miserável e fizeram essa referência e queriam ficar com aquela



competência e que não queriam a parte nem a montante, nem a jusante da parte urbana.--

-----Ressalvou o eleito que obtiveram a resposta por parte do senhor Hélder Feliciano a informar que naquele momento a proposta não era aceite e que a Câmara iria fazer um estudo de intervenção total na área da Ribeira e que possivelmente lhes iriam dar à área total da Ribeira. O eleito frisou que a posição continuava a ser a mesma, solicitando que ficasse transcrito em ata, que a posição da Junta de Freguesia era que só pretendiam a limpeza urbana, não pretendiam mais nada e que no caso da limpeza urbana não lhes ser feita, teria que ser feita uma intervenção séria na Ribeira porque não apresentava as condições de limpeza necessárias. -----

-----No uso da palavra o senhor Presidente Álvaro Azedo disse: -----

-----*“Ora bem, aqui está uma questão em que temos aqui um pequeno desacordo, mas nem por isso vamos à carteira do Presidente da Junta de Freguesia de Sobral da Adiça, agora vamos continuar a trabalhar, Presidente Helder, vamos continuar a conversar. O nosso entendimento é que deve ser toda a extensão, o Presidente não concorda connosco, diz que deve ser apenas área urbana, nós vamos continuar a fazer esse trabalho, mas continuaremos a articular com a Junta de Freguesia naquilo que obviamente temos que ir resolvendo entre nós e convosco e com todos, o caminho faz-se caminhando. Haverá certamente situações em que iremos cooperar de uma forma mais vincada e noutras, obviamente que neste caso, nós chegamos a acordo e nós temos quatro anos de mandato, certamente não faltarão oportunidades com todos de aprofundarmos a cooperação entre todos.”* -----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal verificando não haver mais intervenções, informou que iriam passar à votação do ponto oito da ordem do dia. -----

-----**Deliberado**, por **unanimidade dos presentes**, com vinte e sete votos a favor, **aprovar** a Proposta de Acordos de Transferência de Competências para a União de Freguesias e Juntas de Freguesias. -----

-----No uso da palavra o senhor Presidente da Assembleia propôs uma pausa cinco minutos e depois retomariam os trabalhos. -----

Ata N.º 05 – Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Moura, realizada aos vinte e três dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e seis



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

-----No uso da palavra o senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou a atenção dos eleitos, frisando que relativamente ao ponto seis e sete tinha sido detetada uma falha, e que iria propor uma alteração e deu a palavra ao senhor vereador José Banha para que explicasse o que se tratava. -----

-----No uso da palavra o vereador José Banha disse: -----

-----*“Em relação ao ponto seis referente aos contratos interadministrativos, onde se lê “a produção de efeitos a um de janeiro” e como houve eleições e depois em novembro e dezembro já não foi feito o pagamento, deve produzir efeitos a um de novembro para se pagar logo novembro e dezembro. Em relação ao ponto sete, que são os acordos de cooperação exatamente a mesma situação, porque estas verbas são pagamentos direto do município às freguesias. Havia aqui esta lacuna dos dois meses que seria novembro e dezembro, se todos concordarem e ficasse logo em ata que tinha uma retroatividade a um de novembro.* -----

-----*Em relação ao acordo de execução, esse como vai diretamente do orçamento, é um de janeiro que está previsto. As únicas duas freguesias que não tiveram essa situação foi a separação da União de Freguesias, Safara e Santo Aleixo, que veio logo comunicado da DEGAL, que efetivamente não iam já pagar o mês de novembro, nem o mês de dezembro, e aí fomos nós que colmatámos estes dois meses diretamente. Os outros não pagámos porque receberam diretamente do orçamento de Estado. Penso que, assim fica clarificada esta situação e ultrapassamos aqui em termos documentais com esta alteração, se todos concordarem”.*-----

-----No uso da palavra o senhor Presidente da Assembleia frisou que tendo em consideração o esclarecimento, colocava à Assembleia se valia a pena fazer nova votação, ressaltando que o ponto tinha sido aprovado por unanimidade.-----

-----No uso da palavra o senhor Presidente da Assembleia Municipal prosseguiu a reunião informando que iriam passar à discussão do ponto nove da ordem do dia.---

-----**9. Proposta - 1.^a Revisão às Grandes Opções do Plano 2026-2030 e Orçamento para o ano 2026 (DOC. 19/05).** -----



-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal verificando que não havia intervenções, informou que iria passar à votação do ponto nove. -----

-----**Deliberado**, por **maioria dos presentes**, com quinze votos a favor e doze abstenções, **aprovar** a Proposta Primeira Revisão às Grandes Opções do Plano 2026-2030 e Orçamento para o ano 2026. -----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que de seguida passariam à discussão do ponto dez da ordem do dia. -----

-----**10. Proposta de Constituição de Júri para abertura de procedimentos concursais de preenchimento de cargo dirigente (DOC. 20/05).** -----

-----O senhor presidente da Assembleia Municipal informou que estavam abertas as inscrições para a discussão do ponto dez. -----

-----No uso da palavra o eleito José Maria Pós de Mina disse: -----

-----*“Ora sobre esta questão, eu tenho aqui algumas considerações a fazer, mas ficam para outra intervenção, antes queria colocar uma pergunta concreta, estes dois lugares que estão aqui para a designação dos cargos dirigentes, resultam de duas unidades orgânicas de duas divisões e gostaria de saber em que data é que foi tomada a deliberação da Câmara relativamente à criação destas divisões, quando foi deliberado na Câmara, em que data é que isso ocorreu, quando foi deliberada a criação destas divisões, quantas divisões é que foram deliberado criar na mesma ocasião e na mesma ocasião, qual era a quantidade de unidades orgânicas que estavam autorizadas pela Assembleia Municipal a criar”. -----*

-----No uso da palavra o Presidente da Câmara Municipal de Moura disse: -----

-----*“Neste momento não tenho aqui as datas, questiono se lhe posso responder por escrito amanhã caso contrário não tenho resposta para lhe dar.” -----*

-----No uso da palavra o eleito José Maria Prazeres Pós-de-Mina disse: -----

-----*“Nesse caso, se me permitem, eu vou responder, a Câmara no dia onze de dezembro nesse caso terá sido quando aprovou a estrutura orgânica, antes da -----*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

Assembleia Municipal aprovar, a Câmara deliberou, no dia onze de dezembro, aprovar a criação de dez unidades orgânicas flexíveis. No momento em que a Câmara deliberou aprovar a criação destas dez unidades orgânicas flexíveis, a autorização que a Câmara tinha era para criar oito unidades orgânicas, decisão tomada em dois mil e vinte e dois. No dia dezoito de dezembro é que a Assembleia Municipal autorizou a criação, aumentou o número de unidades orgânicas a criar, ou seja, a Câmara Municipal antecipou-se à decisão da Assembleia Municipal, porque o que é competência da Assembleia Municipal não é aprovar aquele documento que foi aprovado quando foi aprovada. Aqui a questão da estrutura orgânica, o que é competência da Assembleia Municipal é autorizar o número de unidades orgânicas, nem sequer tem que definir a sua competência porque define as suas competências, essa é uma competência da Câmara Municipal e que deve ser feita depois da Assembleia Municipal autorizar, ou seja, quando a Câmara deliberou criar as unidades orgânicas para as quais nós aqui estamos a designar ou aprovar os jûris, a Câmara não tinha autorização para criar tantas unidades orgânicas, só obteve essa autorização passada uma semana, porque a Câmara não pode ultrapassar as competências da Assembleia Municipal, gostaria que esclarecessem esta questão". -----

-----No uso da palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal solicitou ao doutor Cadeirinhas que tentasse clarificar a situação exposta. -----

-----No uso da palavra o doutor Joaquim Cadeirinhas cumprimentou todos os presentes e disse: -----

-----"O que é que nós temos aqui em mãos e ver se eu consigo explicar. O regulamento da Organização dos Serviços Municipais, o regulamento, trata da criação de serviços e também das competências e das suas atribuições. As atribuições são os fins, as competências é o que cada divisão, cada unidade orgânica, pode executar. O diploma que está em causa é um diploma de dois mil e nove, trezentos e cinco, de dois mil e nove, foi alterado, para o caso que estamos aqui a discutir não tem muito interesse, foi alterado pela setenta e um de dois mil e dezoito e o que é que o diploma nos diz: o diploma diz-nos que " a Assembleia Municipal tem competência para definir a estrutura orgânica do município e tem competência para definir também o número das unidades orgânicas flexíveis e das subunidades das unidades orgânicas flexíveis,

Ata N.º 05 – Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Moura, realizada aos vinte e três dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e seis

Assembleia Municipal de Moura | Praça Sacadura Cabral | 7660 - 207 - Moura | Tlf - 285 250 400 | Fax - 285 251 702 |

e-mail: assembleiamunicipalmoura@cm-moura.pt | www.cm-moura.pt



que são as divisões, as subunidades que são as secções. A Assembleia Municipal tem também competência para fixar o número de unidades flexíveis e fixar o número de subunidades.” -----

-----O que é que está aqui a propor, ao contrário daquilo que foi feito, desde dois mil e nove até agora, e para se perceber melhor, eu vou tentar explicar. O diploma está em outubro de dois mil e nove e logo no dia vinte do mês de outubro de dois mil e dez, a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal, trazem para aprovação o regulamento de organização dos serviços municipais, seguindo a mesma lógica que fizemos agora. Depois, em dois mil e treze eu tenho aqui outro regulamento de organização dos serviços municipais aprovado rigorosamente, com a mesma lógica, ou seja, a Câmara propôs condicionalmente à Assembleia Municipal criar um modelo de estrutura orgânica que pode ser hierárquico ou pode ser matricial, mas condicionando o número das subunidades orgânicas e das unidades orgânicas a aprovação da Assembleia Municipal em dois mil e treze. Depois, em dois mil e dezoito, rigorosamente a mesma coisa, depois em dois mil e vinte e dois a mesma coisa e depois em dois mil e vinte e três igual, entretanto o que é que acontece? O que é que nos está aqui a ser proposto? Volto uma vez mais a dizer, o que a bancada da CDU propõe é assim: “a Câmara Municipal faz uma proposta para aprovação, das unidades orgânicas flexíveis e das subunidades, inclusivamente, do modelo de estrutura e vai à Assembleia Municipal, pede à Assembleia Municipal que fixa o número que aprove o modelo de estrutura orgânica, se é, hierárquico ou se é matricial e que fixa o número, depois o documento volta outra vez para trás, volta à Câmara, a Câmara faz o regulamento e depois vem outra vez à Assembleia Municipal”. O que é que nós advogamos desde dois mil e dez, por um princípio de boa gestão, nomeadamente, há um artigo no Código do Procedimento Administrativo, que é o princípio da boa administração e o princípio da boa administração, o que é que pressupõe: “que a atuação dos órgãos municipais, deve ser feita de acordo com princípios de celeridade, eficiência e da economia e também por uma questão de economia processual”, é este o procedimento, que temos seguido sempre rigorosamente. Caso contrário, andamos aqui com o problema para a Assembleia, a Assembleia autoriza que se fixa o número das unidades flexíveis, volta para trás, vem à Câmara, a Câmara faz o regulamento e volta outra vez à Assembleia

Ata N.º 05 – Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Moura, realizada aos vinte e três dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e seis



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

Municipal. Não é essa a prática que tem sido seguida como eu aqui tenho, como eu já demonstrei e depois acontece também o seguinte, desde que o problema foi aqui suscitado na Câmara Municipal e na Assembleia Municipal, eu tenho o cuidado como faço há muitos anos, vou ler diariamente o Diário da República. -----

-----Tenho aqui vinte ou trinta regulamentos do norte e do sul do país, todos com o mesmo procedimento que nós adotámos aqui em Moura e tenho aqui alguns também recentes, já deste ano, nomeadamente, a Câmara Municipal de Mogadouro e a Câmara Municipal de Mogadouro diz assim: “a Câmara Municipal de Mogadouro na reunião ordinária, realizada no dia nove de dezembro de dois mil e vinte e cinco, sob condição de aprovação dos limites fixados pela Assembleia”, a Câmara reuniu no dia nove e a Assembleia reuniu no dia doze, isto de dezembro de dois mil e vinte e cinco, aprovou as unidades orgânicas e a estrutura; do município, Mondim de Bastos a mesma coisa, tudo condicionado, Vale Passos a mesma coisa, Mourão a mesma coisa, portanto, eu não percebo sinceramente, digo que não percebo porque é que se levantou agora este problema. Não percebo, é que a lei não proíbe e por uma questão de princípio de boa administração, princípio de economia processual, este é o expediente mais correto, caso contrário, andamos com o problema pedindo à Assembleia Municipal, aprovam que a Câmara Municipal crie x unidades flexíveis, a assembleia diz que aprovamos, sim senhora, volta para a Câmara e a Câmara faz o regulamento e volta outra vez à Assembleia Municipal, a prática não é essa, desde que o diploma saiu até agora, a prática tem sido o inverso, de maneira que estou sinceramente surpreendido, porque é que se levantou esta questão e o exemplo dos outros municípios de norte a sul do país e eu continuo a vê-los diariamente, é este que nós aqui seguimos.” -----

-----No uso da palavra o eleito José Maria Pós-de-Mina disse:-----

-----“Bem eu esta explicação, agradeço-a, há uma parte que subscrevo e há outra parte, como é evidente, nós não podemos subscrever e, aliás, é curioso que numa das últimas reuniões da Câmara, que agora nós temos a felicidade, ainda não temos na Assembleia porque não está a ser cumprido o Regimento, mas assim haverá de a gente poder transmitir, o responsável do núcleo jurídico da Câmara, até fez a afirmação de que, o facto de se ter uma prática numa determinada altura não quer dizer que essa prática não se altere, portanto, e o que estamos aqui é perante uma interpretação

Ata N.º 05 – Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Moura, realizada aos vinte e três dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e seis

Assembleia Municipal de Moura | Praça Sacadura Cabral | 7860 - 207 - Moura | Tlf - 285 250 400 | Fax - 285 251 702 |

e-mail: assembleiamunicipalmoura@cm-moura.pt | www.cm-moura.pt



daquilo que diz a lei sobre esta matéria. Há aqui uma hierarquia, há aqui uma, que eu admito que não foi seguida e até posso dizer uma ou outra razão, porque é que ela não foi seguida no passado. Há aqui uma hierarquia, que é a Assembleia Municipal, tem como competência definir as grandes orientações, define as grandes linhas, define-se a estrutura, se é nuclear se é flexível, se for uma estrutura nuclear, avança com aspetos relacionados à sua competência. E aqui, deixo a primeira nota, a tradição na Câmara de Moura era uma tradição de ter estrutura nuclear, porque a Câmara de Moura tinha departamentos, depois em virtude da alteração é que deixou de ter e nessa matéria a competência da Assembleia vai mais além, além de que antes desta legislação já houve uma diminuição das responsabilidades da Assembleia Municipal nesta matéria. O que é que aconteceu aqui, a Câmara aprovou a proposta, aprovou logo a constituição das unidades antes da Assembleia Municipal autorizar e depois a Assembleia Municipal, ela própria aprovou competências das unidades orgânicas, que não é sua competência, que é competência da Câmara Municipal, tal como depois a das sub unidades orgânicas já é uma responsabilidade e uma competência do Presidente da Câmara, portanto, a lei define a hierarquia, primeiro a Assembleia Municipal, depois a Câmara Municipal, depois, o Presidente da Câmara, até tendo em conta, três questões que eu acho que são importantes, há aqui uma questão de precedência. -----

-----A precedência é, isto deve ser feito paulatinamente, admito que não foi feito no passado, eu também posso encontrar e entregar modelos de câmaras municipais que seguem este princípio que nós estamos agora aqui a focar, também posso, mas o problema que nós temos que discutir aqui é a forma como nós enquadrámos esta questão, é o problema da hierarquia que está ligado à questão da precedência e é um problema muito importante, que é o respeito pelas competências de cada instituição de cada órgão, como há pouco foi dito a propósito de outro assunto, a Câmara tem umas competências e a Assembleia Municipal tem outras competências, nem a Câmara deve antecipar-se a tomar decisões antes de estar autorizada pela Assembleia Municipal e foi isso que a Câmara fez, antecipou-se e tomou decisões, porque a Assembleia Municipal podia a seguir não aprovar e o que é que acontecia, voltávamos ao mesmo problema. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

-----A Câmara antecipou-se e não se deve antecipar, deve respeitar a competência da Assembleia Municipal, tal como a Câmara Municipal não tem que se meter nas competências da Assembleia, aliás, nenhum órgão pode e deve abdicar das suas competências, a Assembleia Municipal aprovar quais são as competências da divisão de gestão financeira e património ou da divisão administrativa e de recursos humanos está a entrar em questões que são da responsabilidade da Câmara e, portanto, estes princípios, no nosso entender, não foram seguidos, além de que, formalmente, a decisão da Câmara de aprovar a criação destas entidades orgânicas é feita numa altura em que não tinha autorização para criar esse número de unidades orgânicas. Põe-se a questão de que é condicional, mas não pode ser porque está-se a antecipar uma decisão da Assembleia Municipal, está a desrespeitar, na nossa opinião, nesta matéria, aquilo que é o papel da Assembleia Municipal. Primeiro a Assembleia Municipal tem que definir as grandes orientações, senão, para que é que a gente quer aqui a Assembleia Municipal, se a Assembleia Municipal não está aqui para retificar nesta matéria as decisões da Câmara, está aqui para exercer a sua competência e conceder as suas autorizações". -----

-----O senhor Presidente da Câmara Álvaro Azedo, no uso da palavra, disse:-----

-----"Eu acho alguma piada, o facto do José Maria Pós-de-Mina, só agora é que pensar neste assunto e nos termos em que está a pensar, mas eu pedia ao Doutor Cadeirinhas que voltasse ao microfone para lhe colocar duas questões, seja telegráfico, as perguntas são muito simples. Em primeiro lugar, qual é a novidade no tocante aos procedimentos que estamos neste momento a adotar, é coisa que nunca fizemos cá em casa, há alguma novidade?" -----

-----No uso da palavra o doutor Caderinhas citou: -----

-----"Como eu disse, há instantes, não há nenhuma novidade, seguimos os procedimentos desde que saiu o diploma, o diploma saiu em outubro de dois mil e nove e nós começámos a fazer reestruturações de serviços, o serviço competente para fazer a reestruturação, como o senhor José Maria Pós-de-Mina sabe é o serviço de pessoal, fui eu que redigi todos os documentos, todos os documentos até agora e a prática foi sempre a mesma e essa questão de se dizer que a Câmara Municipal se sobrepôs à Assembleia Municipal isso não é verdade. Diz aqui assim: "a Câmara propõe à

Ata N.º 05 – Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Moura, realizada aos vinte e três dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e seis

Assembleia Municipal de Moura | Praça Sacadura Cabral | 7860 - 207 - Moura | Tlf. - 285 250 400 | Fax - 285 251 702 |

e-mail: assembleiamunicipalmoura@cm-moura.pt | www.cm-moura.pt



Assembleia Municipal a aprovação de dez unidades orgânicas, condicionada ao limite máximo fixado pela Assembleia Municipal”, portanto, e foi isso que sempre se fez e é isso que os outros municípios fazem, o que eu disse aqui, o princípio da boa gestão, o princípio da boa administração, está previsto num CPA que impõe aos órgãos administrativos que na sua atuação trata dos assuntos com economia, celeridade e eficiência. -----

-----Assim sendo, não serve de nada, não vale a pena estar a falar isso, economia processual também não serve de nada, o que é que queremos fazer agora, diferente do que fizemos nas últimas décadas, como eu disse há instantes, dão licença que nós criemos x divisões, sim senhora, volta para trás, fazemos o regulamento e volta outra vez à Assembleia. Ora, eu trouxe aqui mais de vinte regulamentos dos outros municípios de norte a sul do país e alguns até com redações idênticas ao nosso, e eu não percebo porque é que se insiste nisso, sinceramente não percebo. -----

-----Já agora, deixe-me dizer uma coisa, há aqui uma coisa que eu não me agrada, mas eu tenho que dizer isto porque é lamentável que muitas das pessoas que agora colocam o problema foram aquelas que durante anos andaram a beber do meu conhecimento e da minha sabedoria, alguns para resolver problemas até dentro do particular e isso é que me desagrada particularmente, que fique escrito em ata também se faz favor”. -----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, disse: -----

-----“Segunda pergunta são duas, há alguma ilegalidade no exercício que trazemos aqui esta noite, responda só sim ou não”. -----

-----No uso da palavra o senhor Joaquim Cadeirinhas respondeu: -----

-----“Não há nenhuma ilegalidade, não há nenhuma ilegalidade”. -----

-----No uso da palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal disse: -----

-----“Penso que esta Assembleia está esclarecida da parte da Câmara neste processo”. -----

-----No uso da palavra o eleito José Maria Prazeres Pós-Mina, disse: -----

-----“Eu confesso que não percebo estas perturbações com opiniões diferentes e não percebo, mas além disso, quando se diz porque é que dantes pensava de uma maneira e agora penso de outra, nós aprendemos e até posso dizer, em nota de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

rodapé, não era para aqui chamado, mas já que coloca essa questão, curiosamente, nos últimos tempos, a matéria sobre a qual eu tenho trabalhado profissionalmente e tive ocasião perante isso, de estudar mais atentamente o problema e de chegar a uma conclusão diferente em relação àquela que tinha no passado. -----

-----Depois dizer-se que não há aqui uma questão da licença, quer dizer, acho que este termo não fica, não é o termo ajustado, a Assembleia Municipal tem competência nesta matéria, como tem noutras competências que neste caso está acima da Câmara, não é a Assembleia Municipal que tem que fazer assim à Câmara, é a Assembleia Municipal que autoriza, a Câmara não pede licença à Assembleia, a Câmara propõe à Assembleia que fixe, a Assembleia até pode tomar a decisão que em vez de dez, não são dez são cinco, em vez de dez são vinte, tem essa faculdade.

-----Depois queria dizer, estas coisas não são para aqui chamadas, que aprecio muito e agora tenho que falar do passado, aprecio muito o perfil profissional, o trabalho, a dedicação e o empenho do doutor Cadeirinhas a esta casa e posso dizer que enquanto estive aqui em funções permanentes aprendi muito com o senhor Cadeirinhas relativamente a muitas matérias, o senhor Cadeirinhas trabalhou árduo e afincadamente na elaboração destas questões. Mas o senhor Cadeirinhas também sabe que quando trabalhou arduamente nestas matérias, tinha um interlocutor para discutir estes temas e tinha um interlocutor que dava opinião e tinha um interlocutor que dava contributos e se me permitem a modéstia, também aprendeu alguma coisa com esse interlocutor. Mas não é por isso, não é essa a questão essencial, agora, a questão essencial é que nós evoluímos, nós tomamos decisões em qualquer matéria que seja com a melhor informação que temos na altura e hoje a informação e o raciocínio e o pensamento que temos nesta matéria leva-nos a tomar uma posição diferente daquela que tomámos no passado, até tendo em conta, que aquela posição era uma posição que decorria daquilo que era a prática e o ritmo e o tipo de atuação que a Câmara tinha nesta matéria, agora, relativamente a mudar de opinião sobre as coisas, esse é um ponto que depois havemos de discutir no ponto de fiscalização dos atos da Câmara". -----

-----No uso da palavra o senhor Presidente da Assembleia verificando não haver mais intervenções informou que passariam à votação do ponto dez da ordem do dia --

Ata N.º 05 – Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Moura, realizada aos vinte e três dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e seis

Assembleia Municipal de Moura | Praça Sacadura Cabral | 7860 - 207 - Moura | Tlf - 285 250 400 | Fax - 285 251 702 |

e-mail: assembleiamunicipalmoura@cm-moura.pt | www.cm-moura.pt



-----**Deliberado**, por **maioria dos presentes**, com quinze votos a favor, duas abstenções e dez votos contra, **aprovar** a Proposta de Constituição de Júri para abertura de procedimentos concursais de preenchimento de cargo dirigente.

-----O senhor Presidente da Assembleia, no uso da palavra, informou que iriam passar à discussão do ponto onze da ordem do dia. -----

-----**11. Proposta de Contrato de Cooperação Interadministrativo entre o Município de Moura, a Secretaria Geral do Ministério da Administração Interna e a Polícia de Segurança Pública e aprovação da Minuta da Adenda ao Contrato, para obras de reabilitação da Esquadra da Polícia de Segurança Pública de Moura (DOC. 21/05).**-----

-----No uso da palavra o senhor Presidente da Assembleia informou que estavam abertas as inscrições.-----

-----Verificando não haver intervenções, o senhor Presidente da Assembleia informou que passariam à votação do ponto onze da ordem do dia.-----

-----**Deliberado**, por **unanimidade dos presentes**, com vinte e sete votos a favor, **aprovar** a Proposta de Contrato de Cooperação Interadministrativo entre o Município de Moura, a Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna e a Polícia de Segurança Pública e aprovação da Minuta da Adenda ao Contrato, para obras de reabilitação da Esquadra da Polícia de Segurança Pública de Moura. -----

-----O senhor Presidente da Assembleia, no uso da palavra, informou que iriam passar à discussão do ponto doze da ordem do dia. -----

-----**12. Proposta de Protocolo de Colaboração entre o Município de Moura, a ESTAMO – Participações Imobiliárias, S.A. e o Património Cultural, I.P. – Troço Número Dois das Muralhas Modernas de Moura (DOC. 22/05).**-----

Ata N.º 05 – Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Moura, realizada aos vinte e três dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e seis



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

-----O senhor Presidente da Assembleia verificando não haver intervenções informou que passariam à votação do ponto doze da ordem do dia.-----

-----**Deliberado**, por **unanimidade dos presentes**, com vinte e sete votos a favor, **aprovar** a Proposta de Protocolo de Colaboração entre o Município de Moura, a ESTAMO – Participações Imobiliárias, S.A. e o Património Cultural, I.P. – Troço número dois das Muralhas Modernas de Moura. -----

-----No uso da palavra o senhor Presidente da Assembleia informou que iriam passar à discussão do ponto treze da ordem do dia. -----

-----**13. Proposta de Reconhecimento de Interesse Público Municipal – Empreitada da Conceção – Construção da ETAR de Moura – AgdA – Águas Públicas do Alentejo, S.A. (DOC. 23/05).**-----

-----Verificando não haver intervenções o senhor Presidente da Assembleia informou que iriam passar à votação.-----

-----**Deliberado**, por **unanimidade dos presentes**, com vinte e sete votos a favor, **aprovar** a Proposta de Reconhecimento de Interesse Público Municipal – Empreitada da Conceção – Construção da ETAR de Moura – AgdA – Águas Públicas do Alentejo, S.A. -----

-----No uso da palavra o senhor Presidente da Assembleia informou que iriam passar à discussão do ponto catorze da ordem do dia. -----

-----**14. Apreciação da informação do excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Moura acerca da atividade municipal, bem como da situação financeira do município e discussão e fiscalização da atividade da**



Câmara Municipal de Moura, nos termos do disposto número 1 do artigo 36 do Regimento da Assembleia Municipal de Moura. (DOC.24/05) -----

-----O senhor Presidente da Assembleia, no uso da palavra, informou que estavam abertas as inscrições. -----

-----No uso da palavra o eleito João Ramos dirigiu-se ao senhor Presidente da Câmara e frisou que relativamente ao documento que foi remetido para fiscalização dos atos da Câmara, pretendia colocar uma questão que se prendia, com algo que o senhor Presidente da Assembleia anunciou no princípio da reunião, ponderando colocar a questão nessa altura, no entanto, tendo em conta que era uma matéria que estava na documentação que foi enviada, o eleito achou que era mais adequado colocá-la no presente ponto. -----

-----O eleito prosseguiu frisando que na primeira reunião da Assembleia, a bancada da CDU discutiu questões de incompatibilidade, inelegibilidade e impedimentos relativamente a alguns eleitos da Assembleia Municipal e relativamente à incompatibilidade até a questão se tinha colocado relativamente ao chefe de gabinete do senhor Presidente, não haveria problemas, achavam os eleitos da CDU na altura que não havia problemas de inelegibilidade, ao contrário do que consideravam relativamente a outros eleitos. -----

-----No entanto o eleito frisou que em termos de incompatibilidade a bancada da CDU se questionou sobre se deveria ou não participar na questão do orçamento municipal, tendo em conta que, o chefe de gabinete do Senhor Presidente havia convocado as reuniões, havia participado no processo e que era notório nas convocatórias que fazia para as reuniões, ao abrigo do estatuto do direito de oposição.

-----O eleito prosseguiu frisando que constataram que no documento havia um processo no Tribunal do Beja que suscitava que o chefe de gabinete do Senhor Presidente da Câmara se devia demitir dessa função e por essa razão, os eleitos da CDU pretendiam questionar se o processo tinha a ver com essa questão que foi aflorada, se havia uma questão de incompatibilidade ou inelegibilidade ou não, uma vez que, lhes pareceu pertinente, não conseguindo perceber se o pedido de renúncia



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

fazia essa referência, porque é que tinha acontecido, uma vez que o senhor Presidente da Assembleia não informou nada relativamente a essa situação. -----

-----O eleito João Ramos questionou se havia efetivamente uma relação com algum problema de incompatibilidade com o exercício de funções da Assembleia, uma vez que, enquanto membros da Assembleia, teriam o direito de saber. Prosseguiu o eleito João Ramos frisando que também gostariam de questionar o porquê, tendo em conta que o réu não era o chefe de gabinete do senhor Presidente, era o senhor Rui Miguel Costa Apolinário, porque é que era a Câmara Municipal que estava a patrocinar a ação, tendo em conta que seria a Câmara Municipal a pagar, uma vez que vinha na descrição dos processos em que estava envolvida a Câmara Municipal e era essa a questão que pretendia colocar. -----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal, no uso da palavra, frisou que podia responder a uma parte da pergunta e que relativamente à renúncia do eleito Rui Apolinário, tinha dado entrada no dia dezasseis de janeiro o pedido de renúncia, tratando-se de uma decisão do foro pessoal, era a informação que tinha e era a informação que transmitia à Assembleia e que relativamente a financiamentos de processos não lhe conseguia responder. -----

-----Solicitou a palavra o eleito João Ramos frisando que só queria registar porque não havia gravação, que o chefe de gabinete do Senhor Presidente o estava a mandar calar no âmbito da sua intervenção e era para ficar registado. -----

-----O Presidente da Assembleia Municipal informou o eleito João Ramos que ninguém o tinha mandado calar. -----

-----No uso da palavra o senhor Presidente Álvaro Azedo disse: -----

-----*“Nada daquilo que o eleito João Ramos disse corresponde à verdade, mas eu pedia-lhe que esse pedido o fizesse por escrito para nós respondermos por escrito e além disso, a Câmara não está a patrocinar nada, nada de nada, portanto, este processo não é diferente daquilo que aconteceu aqui há quatro anos atrás, a Câmara não está a patrocinar nada, mas eu pedia-lhe, para depois não haver conversas e desconversas sobre esta matéria que façam chegar esse pedido de esclarecimento por escrito para nós respondermos por escrito e nessa altura fazemos chegar a todas as bancadas o esclarecimento do executivo da Câmara pode ser assim.* -----



-----*Está com algum receio que a gente o desminta por escrito, ou melhor, que esclareçamos João Ramos, não nos vamos fazer de ingénuos nem de inocentes, nós sabemos com que intenção é que o João está a fazer essa conversa e nós fazemos questão de esclarecer a todos por escrito e vamos fazê-lo e a resposta está dada, nós vamos esclarecê-los por escrito*”. -----

-----No uso da palavra o eleito Rodrigo Martins cumprimentou o senhor Presidente da Assembleia, os senhores Presidentes de Junta, o senhor Presidente da Câmara Municipal e respetivo executivo e a todos os presentes. -----

-----O eleito frisou que pretendia colocar algumas questões ao senhor Presidente da Câmara relativamente ao assunto das escolas e frisou que em dois mil e vinte e três, aquando a questão das escolas prioritárias, souberam que a Escola Básica era uma das escolas prioritárias, entretanto o eleito frisou que lhe tinha parecido ouvir a questão do novo centro escolar Norte e questionou se a Escola Básica e Centro Escolar Norte se estavam a falar da mesma coisa e se a ideia do centro escolar era a mesma ideia relativamente à questão dos Bombeiros, ou seja, fechar escolas de proximidade para criar um outro grande centro de escolas. -----

-----O eleito prosseguiu questionando se em relação aquilo que tinha ouvido de vinte milhões de euros de investimento, se o financiamento estava garantido, quais eram os fundos que garantiam esse financiamento para o centro escolar Norte e o que que era efetivamente e tendo em conta aquilo que já tinha vindo a público, qual era a previsão do prazo para a apresentação do projeto, não só na Assembleia Municipal, mas também à população do Concelho. -----

-----No uso da palavra a eleita Fátima Ramalho frisou que a bancada dos eleitos da CDU gostaria de ver esclarecida a questão do início das obras do centro de saúde de Moura, uma vez que, numa das últimas reuniões da Assembleia Municipal, o senhor Presidente e o seu executivo garantiram que a obra teria início na segunda quinzena do mês de janeiro e que janeiro já tinha passado, fevereiro já estava no final e continuavam sem as obras do Centro de Saúde a iniciarem. -----

-----No uso da palavra o senhor Presidente do Sobral, Hélder Raposo frisou que a sua intervenção se prendia com as questões climatéricas que afetaram o País em geral e o Concelho em particular e o eleito não podia deixar de falar de uma obra que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

a todos os sobralenses e frisou que ainda bem que na sala tinham alguns sobralenses, lhes dizia muito, que era a ribeira da Perna Seca, frisou que importava sublinhar que a intervenção realizada pela Câmara Municipal de Moura sob a gestão da CDU, constituiu uma resposta concreta e eficaz a um problema que durante anos afetou a população. O eleito ressaltou que a referida intervenção tinha sido executada sem qualquer apoio dos sucessivos governos PS e PSD, demonstrando que quando existe conhecimento do território, proximidade às populações e vontade, na política era possível encontrar soluções adequadas e duradouras para problemas estruturais. -----

-----O eleito frisou que destacava que no presente ano se verificaram períodos prolongados de pluviosidade muito elevada ao longo de vários dias consecutivos, no seguimento das várias tempestades que assolaram a região, criando condições particularmente exigentes para qualquer linha de água. Ainda assim, o eleito ressaltou que ficou plenamente comprovada a eficácia da obra realizada, mesmo não se encontrando a Ribeira devidamente limpa em toda a sua extensão, principalmente na zona dos empedrados, o escoamento das águas ocorreu com normalidade, não se tendo repetido as situações de preocupação anteriormente vividas pela população. ---

-----O eleito ressaltou que de facto demonstra que a intervenção não foi circunstancial paliativa, mas sim estrutural e pensada a médio e longo prazo, garantindo maior segurança às pessoas e bens e contribuindo para a tranquilidade dos moradores, ficando assim evidenciado que o investimento efetuado foi adequado, necessário e responsável, traduzindo uma gestão autárquica firme próxima das populações e comprometida com a resolução efetiva dos problemas e com a defesa intransigente dos interesses da freguesia e do Concelho. -----

-----No seguimento da exposição o eleito Hélder Raposo pretendia solicitar cinco esclarecimentos ao senhor Presidente da Câmara, situações que se tinham vindo a falar delas já havia algum tempo. O eleito prosseguiu questionando em relação à Ribeira da Perna Seca, se existia algum plano de intervenção e quais eram os “*timings*” dos mesmos, frisando que também deixava uma questão, que também tinha sido aflorada em outras assembleias, que era a questão do emissário e que já tinham a resposta da AGDA que ia ser feito e estava também para conhecimento de alguns dos



elementos da Assembleia de Freguesia do Sobral que ia ser feita para o próximo ano para o orçamento de dois mil e vinte e sete. -----

-----Prosseguiu o eleito questionando relativamente à rua da Igreja, frisando que a rua se encontrava encerrada desde o dia sete de fevereiro, tratando-se de uma via estruturante e fundamental para a circulação na freguesia e pretendia saber quais eram as etapas que ainda faltavam concluir para que a mesma pudesse ser reaberta ao trânsito e qual era a previsão para a sua normalização. -----

-----Relativamente à sala da EB Um o eleito frisou que uma das salas foi afetada pelas fortes chuvadas e tiveram que interditar a sala onde habitualmente tinham aulas os alunos do primeiro e quarto ano e que no presente os alunos estavam a ter aulas numa das salas da biblioteca e o eleito pretendia saber qual eram os prazos previstos para a resolução do problema, uma vez que não se aceitava que as crianças estivessem há tanto tempo noutro espaço e que essa informação tinha chegado ao coordenador da Proteção Civil, pela Professora Filomena e que o próprio fez um pedido de esclarecimento e depois a Professora Filomena também lhe ligou com o pedido de esclarecimento. -----

-----Relativamente à escola, o eleito frisou que em relação ao bloco desativado, houve a situação de um buraco no telhado que muitas vezes foi aflorado durante a campanha, inclusive nos debates autárquicos, questão essa que era da responsabilidade da Câmara Municipal de Moura, como todos sabiam e que numa reunião com o senhor Vereador José Banha, em que estava a Câmara Municipal, a Junta de Freguesia e o Agrupamento de Escolas, no dia vinte e cinco de novembro, o eleito colocou a questão e ficou de ser vista, no entanto no dia dez de dezembro, quando houve a reunião entre o executivo da Câmara Municipal e a Junta de Freguesia, o eleito voltou a colocar a questão e até ao presente o telhado continuava igual. -----

-----Nesse sentido o eleito pretendia saber para quando uma resolução do problema do telhado e o que é que se pensava fazer com aquele bloco. Prosseguiu o eleito frisando que a última questão se prendia com a degradação das vias municipais, pretendia saber qual era o plano de intervenção, uma vez que, como se tinha podido constatar no terreno o estado de degradação de várias vias municipais se tinham vindo a agravar, sobretudo após as recentes condições atmosféricas adversas e que estava



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

a falar de infraestruturas essenciais à mobilidade das populações, ao transporte escolar, à atividade agrícola e ao normal funcionamento das localidades, dessa forma, o eleito gostaria que o executivo municipal esclarecesse se existia um plano de intervenção calendarizado, quais os critérios definidos para a priorização das intervenções, que intervenções estavam previstas concretamente para a freguesia do Sobral da Adiça e qual a previsão temporal para o início e conclusão dessas intervenções. -----

-----No uso da palavra o eleito Rui Almeida cumprimentou o senhor Presidente da Assembleia, o senhor Presidente da Câmara, os senhores Vereadores, colegas de bancada e o público em geral e frisou que pretendia colocar duas questões muito rápidas. - -----

-----Prosseguiu o eleito questionando o senhor Presidente da Câmara, sobre qual era a evolução em relação ao bloco de rega, uma vez que sabia que tinha estado no Concelho a Ministra do Ambiente há relativamente pouco tempo e em relação à Igreja da Póvoa que se encontra fechada há cerca de um ano, o eleito pretendia saber o que a Câmara estava a fazer ou se havia algo em curso, uma vez que com o temporal que se tinha vindo a passar, a igreja um dia destes poderia desabar, caso não lhe fizesse alguma intervenção.-----

-----No uso da palavra o senhor Presidente da Câmara disse: -----

-----*“Começava pelo Rodrigo, este assunto é um assunto requentadíssimo, toda a gente nesta sala sabe qual é o projeto do município em relação ao centro escolar Norte, compreendo porque o Rodrigo não fazia parte da Assembleia Municipal no mandato transato e no mandato anterior, mas este assunto tem vindo a ser construído desde dois mil e dezoito, primeiro com a construção do primeiro centro escolar, depois agora, obviamente com este caminho para o centro escolar Norte.*-----

-----*Há uma diferença clara, obviamente, de entendimentos entre este executivo e a CDU no que toca às escolas, obviamente o outro centro escolar, aquele que já está em funcionamento, acarretou o encerramento de escolas, sem dúvida nenhuma, e a construção do novo centro escolar, obviamente, também o vai acarretar.*-----

-----*Sobre a questão do financiamento a articulação com a CCDDR, a articulação com os vários governos que derivam desde dois mil e dezoito, no tocando ao*



financiamento de todo o centro escolar, esse trabalho tem vindo a ser feito, é um projeto grande sem dúvida nenhuma, estamos a ultimar o plano funcional com o agrupamento, com a DGEST, com a tutela no sentido depois também vos apresentaremos porque é importante que vocês acompanhem todo o processo, tal como fizemos no passado, há-de ser fechado esse problema funcional e depois a abertura do concurso para o projeto.

-----Dizer também que obviamente a Câmara espera e vai ser bem-sucedida no tocante a este projeto que vai oferecer tanto às nossas crianças e aos estudantes de facto, uma escola com qualidade, com segurança e que dá respostas aos desafios que nós temos pela frente no tocante ao ensino e à escola pública. Portanto, com estes dois projetos, a escola pública fica perfeitamente defendida e não tenho dúvidas nenhuma que estaremos todos a fazer um bom trabalho em prol da nossa comunidade escolar. - -----

-----Quanto à questão do início das obras do centro de saúde e antes de passar a palavra ao José Banha, há bocadinho a intervenção do João Guerreiro era quanto a mim, intervenção para este período, para o período da fiscalização dos atos da Câmara, temos aqui entre nós pessoas que são técnicos de saúde, são profissionais do centro de saúde, João Guerreiro, Fátima e João Ramos e de uma forma global, todos nós aqui sabemos que o centro de saúde que nós temos, que é um projeto desafiante, é um projeto que, de facto, tínhamos que correr contra o tempo e vocês sabem disso perfeitamente e também sabem perfeitamente quando é que o Governo de então e a ULSBA e a Câmara, decidiram avançar com este projeto e a Câmara está-se a substituir ao Estado e vai cumprir este projeto porque é inegável que, se calhar, em vez de estarmos aqui a falar tanto e eu tive uma reunião com a Senhora Ministra da Saúde no dia três de fevereiro, em que a questão do financiamento foi esclarecida.

-----O Estado vai assumir as suas responsabilidades, porque o Estado tem um contrato com o município em que o município substituiu o Estado neste desafio, portanto isso não é uma obra da Câmara, é uma obra do Estado na qual o município de Moura assume o papel de dono da obra e portanto, quem está aqui agarrado pelas orelhas é a Senhora Ministra da Saúde e o Governo e o João Guerreiro sabe disso perfeitamente. Agora eu preferia ver profissionais de saúde desta casa, se calhar a terem mais compreensão com o município, pelo esforço que está a fazer, pelo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

desafiante que este processo tem sido ao invés de estarem preocupados com o que é que se vai passar do ponto de vista financeiro ou não vos dá vergonha chegarem ao centro de saúde e verem o estado em que vocês trabalharam durante quinze, vinte ou quase trinta anos no atual centro de saúde. -----

-----Se calhar para o João Guerreiro, talvez isso não o preocupe tanto, porque o João está no outro lado do outro edifício, mas também não podemos esquecer que não raras vezes a Câmara Municipal de Moura vem em socorro do SUB Moura ou é para reparar o gerador que não funciona ou é para fazer pequenas benfeitorias para que o SUB Moura funcione em condições e até mesmo com o encerramento do centro de saúde, tal como o conhecemos. E com o arranque desta obra e só não está já a obra a andar, não é por culpa do município, vocês sabem perfeitamente o que é que choveu nos últimos tempos e o empreiteiro, e o Vereador José Banha falará disso certamente, informou o município que não conseguia com o estado do tempo em que nós estávamos, arrancar com aquela obra e obviamente adiou um bocadinho o arranque de obra. -----

-----Portanto, nós temos vergonha do estado em que o centro de saúde estava, muita vergonha e ninguém procurou resolver esse problema do município de Moura, porque não é só, não é um problema da Câmara de Moura, é um problema de toda a nossa Comunidade no que toca ao centro de saúde ou vocês quando entravam no centro de saúde nas salas de trabalho, não viam os camarões pendurados e baldes como eu vi quando estava na Junta de Freguesia, viam, viram, constataram o mau estado daquelas infraestruturas. -----

-----Certamente vivenciaram durante muitos anos a ausência de condições quer para os técnicos de saúde, quer para os munícipes, quer para os utentes do centro de saúde. Portanto, aquilo que nós estamos a fazer e a Ministra deu-nos a garantia no que toca ao financiamento e eu, independentemente daquilo que as pessoas possam dizer do Ministro A do Ministro B, eu confio na Ministra. Confio que as pessoas obviamente assumem responsabilidades e que as pessoas, e a própria Ministra sabia os desafios que o município de Moura e o município de Castro Verde iam ter no que toca aos seus dois processos e eu estou perfeitamente convicto das responsabilidades, estou perfeitamente convicto do caminho que nós temos feito. -----

Ata N.º 05 – Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Moura, realizada aos vinte e três dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e seis

Assembleia Municipal de Moura | Praça Seradura Cabral | 7860 - 207 - Moura | Tlf - 285 250 400 | Fax - 285 251 702 |

e-mail: assembleiamunicipalmoura@cm-moura.pt | www.cm-moura.pt



-----Se não fosse esta Câmara Municipal de Moura, não tínhamos obra no centro de saúde e andava-se a tapar buracos todos os dias, andava-se a inventar todos os dias e andava toda a gente a brincar com o centro de saúde de Moura. Mas olhe, mas vou fazer uma crítica ao Governo do Partido Socialista porque devíamos ter aproveitado o vinte / vinte muito melhor e não o aproveitámos, portanto, eu não venho aqui para passar a mão pelo pêlo, seja de que Ministro for, se calhar o vinte / vinte ao nível de todas as infraestruturas de saúde no distrito de Beja deviam ter sido muito mais aproveitadas e este Conselho de Administração que agora se está a despedir e que fez um trabalho soberbo, um trabalho soberbo desde que iniciou o seu mandato e isso é inegável para ninguém, infelizmente não vai continuar e como é óbvio, ficará muita coisa por fazer e eu só espero é que tenhamos da parte da ULSBA, futuramente, e quando forem nomeados os novos administradores, tenham metade da competência que este Conselho de Administração teve. -----

-----Foi nosso parceiro quando nós precisámos e nós somos parceiros da ULSBA e o comportamento deste executivo vai ser igual, de cooperação total com todos, de cooperação total com todas as administrações da ULSBA no sentido de facto, porque isso não é para o executivo, é para as pessoas que vivem neste Concelho e que têm obviamente as expectativas de ter melhores cuidados de saúde, porque não basta ter bons profissionais naquela casa porque os temos. Precisamos, de facto, de ter boas condições e é isso que a Câmara Municipal de Moura, através deste desafio exigente, vai cumprir certamente, vai proporcionar mais e melhores condições porque o João Guerreiro, estando lá do outro lado, obviamente não deixa de ser influenciado, até porque há instalações que são partilhadas, algumas instalações que são partilhadas, mas a Fátima e o João Ramos certamente vão beneficiar de todo esse trabalho do município de Moura e não tenho dúvidas nenhuma, ficarão muito mais satisfeitos do que estão hoje e até mesmo hoje, nas instalações provisórias, onde está o centro de saúde de Moura, estão muito melhor do que estavam e não tenho disso a menor dúvida e passava com a autorização do senhor Presidente da Assembleia a palavra ao José Banha para complementar a questão do centro de saúde e também responder ao Hélder Raposo e ao Rui Almeida sobre a igreja da Póvoa. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

-----Sobre a questão do bloco de rega e das reuniões que nós temos tido e vamos continuar, obviamente a ter reuniões de trabalho, nós não vamos largar de maneira nenhuma o osso, como eu costumo dizer, e vamos continuar a lutar para que se acelerem processos e para que o bloco Moura, de facto, penso que é por volta desta altura que deveria ficar fechado o concurso, nós vamos continuar, obviamente a estar próximo do processo, continuar a trabalhar com a EDIA e com o Governo para que o bloco de rega, não continue a fazer de nós morcegos porque continuamos obviamente em tantas matérias agarrados ao acessório e atenção, eu não meto em causa nada das questões ambientais, mas é uma lástima, que ao fim de vinte e cinco anos de Alqueva, sensivelmente em vinte e cinco anos, o município de Moura fosse o último, e estivesse entre os últimos para se arrancar com o regadio da Albufeira. -----

-----E vocês já ouviram eu dizer isso várias vezes sobre esta questão continuaremos a acompanhar, porque essa é a nossa obrigação e é esse o nosso dever, continuaremos com a Cooperativa Agrícola Moura Barrancos a fazer essa pressão e esse acompanhamento, seja nesse processo, como em todos os processos e passava a palavra então ao José Banha”. -----

-----No uso da palavra o Vereador José Banha disse: -----

-----“Bom, eu aponte também aqui algumas questões e a começar aqui pelo Helder Raposo, Presidente da Junta de Freguesia do Sobral da Adiça em relação à questão do telhado da escola, naturalmente, nós falamos e também falámos da dificuldade de encontrar telhas iguais àquelas, porque estamos a falar de um edifício com telhas já bastante antigas, não se produzem e andamos à procura, naturalmente, até falamos aqui de outra estrutura em Moura que poderíamos ir retirar algumas telhas, ainda não se conseguiu verificar essa situação, se não for possível, temos que substituir a cobertura. E é isso que nós estamos aqui a avaliar e peço desde já, isso foi falado com o chefe de divisão, na altura, de se verificar isso, vamos ver o quanto antes, qual é o ponto de situação em relação àquilo que foi falado, que era nomeadamente ir ver em outras infraestruturas que temos aí dessa época, dessa data, se as telhas daquelas coberturas que também já não têm uso possam colmatar essa situação. ----

-----Em relação ao centro de saúde, só acrescentar que efetivamente aquelas datas que nós dissemos aqui não é porque nos apetece dizer da nossa cabeça que a



obra vai começar no tal dia, naturalmente, há uma fiscalização que está nomeada para acompanhar a obra e que trabalha diretamente com o empreiteiro no sentido de pressionar, até porque há também esse interesse, tanto da nossa parte como do fiscal de obra pressionar a cada momento o início do processo e a obra já efetivamente poderia ter começado a meados de janeiro, quando foi aprovado o DPSS na segunda versão e que permitia que o estaleiro já fosse instalado e a instalação do estaleiro pressupõe o início da empreitada em termos temporais. -----

-----Efetivamente, aconteceu o que aconteceu nas últimas semanas e o próprio empreiteiro enviou à fiscalização, depois de nova insistência a dizer que, efetivamente não conseguia começar, de dia dois a dia seis por causa desta questão da intempérie, que foi a data que nos avançaram novamente, com o início da obra e depois, numa nova troca de e-mails entre a fiscalização e o coordenador da obra do lado do empreiteiro, aquilo que eles nos indicaram foi que efetivamente e explicando a questão dos problemas climáticos adversos que se fizeram sentir, os trabalhos iriam começar dia dezasseis de fevereiro, ou seja, seria a semana passada. Se não começaram, neste momento pelo que o João Guerreiro está a dizer, já está a haver esta movimentação na questão do estaleiro, é bom sinal, é sinal que vão arrancar os trabalhos, mas que efetivamente só dizer que as datas que nós damos aqui não é por capricho nosso é naturalmente sempre baseado em factos e em documentos que estão aqui connosco.

-----Em relação à questão da Igreja da Póvoa de São Miguel, naturalmente foi feito um estudo sobre as patologias porque efetivamente há ali um problema estrutural da Igreja. Na primeira visita que foi feita com os arquitetos que estão a desenvolver o projeto, não foi possível visitar parte exterior da Igreja porque há casas encostadas mesmo à Igreja. Houve uma visita mais recente, embora o projeto já esteja a ser elaborado, mas eles tinham dificuldades em verificar se naquela parte que não era visível, se tinha que haver medidas complementares ou não de reforço da estrutura, e isso são os termos técnicos que eles utilizam. Conseguiram há coisa de um mês ir a esses quintais porque são estruturas de casas privadas particulares, encostadas mesmo à estrutura da Igreja e neste momento há uma comunicação entre os técnicos do município que estão a aprovar o relatório prévio e o estudo prévio para poder avançar para a execução. Mas eles tinham esta necessidade de ir ao local e só



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

conseguiram fazer isso há pouco mais de um mês a ter acesso a essa parte lateral e traseira da Igreja por causa dessa situação. Mas o projeto está a andar, penso que nos próximos dois, três meses estará entregue o projeto e depois, naturalmente, avançaremos com o lançamento da obra no sentido de o mais rapidamente possível conseguirmos estancar aquela situação, que é um problema estrutural da Igreja. -----

-----Estas questões como nós já vimos, as empreitadas, todo este processo demora tempo e depois também, temos que ter sorte, pois hoje em dia é preciso também sorte para quando se lançam as empreitadas haver empreiteiros a fazer as obras, porque às vezes e nós já tivemos essa experiência, lançam-se as empreitadas e esse é outro problema que nós temos derivado da nossa localização, é estar longe dos grandes centros, onde estão as grandes empresas e normalmente temos problemas, tanto pelo preço, que é sempre muito mais caro e mais desvantajoso para um município, mas o pior ainda de tudo é quando elas ficam desertas e quando um lançamento de uma empreitada fica deserto, voltamos outra vez àquele passo, outra vez aprovação na Câmara, outra vez o aumento do valor e isso tem sido nos últimos anos. Felizmente temos conseguido executar muito, mas também com muita persistência e por isso eu espero que a Igreja da Póvoa de São Miguel o quanto antes se consiga resolver a situação, mas este é o ponto de situação”.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal, no uso da palavra, após verificar que havia várias inscrições e tendo em conta o avançado da hora e após auscultação da Assembleia, informou que iria ser convocada a segunda reunião da sessão ordinária para o dia seguinte, vinte e quatro de fevereiro, pelas vinte e uma horas, na sala de sessões da Câmara Municipal. -----

-----APROVAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES EM MINUTA-----

*-----De acordo com o disposto nos números três e quatro, do artigo 57º, da Lei nº 75/2013, de doze de setembro, foi elaborada a minuta do texto das deliberações tomadas (**DOC. 25/05**), que depois de lida, submetida à votação e **aprovada** por unanimidade dos presentes, com vinte e sete votos a favor, foi assinada, pelo*



M. Fialho

Presidente André Eduardo Tita Gonçalves e pela Segunda Secretária, Maria Fialho Godinho Borralho Cabrita.-----

-----ENCERRAMENTO DA SESSÃO -----

-----Eram zero horas e oito minutos do dia vinte de três de fevereiro de dois mil e vinte e seis, quando o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a Sessão da qual se lavra a presente ata, que para constar e para os devidos efeitos foi por mim, Maria do Carmo Dias Ramos, funcionária nomeada para o efeito, redigida, sob responsabilidade da Segunda Secretária e que depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e pela Senhora Segunda Secretária.-----

-----O Presidente, *André Eduardo Tita Gonçalves*-----
-----A Segunda Secretária, *Maria Fialho Godinho B. Cabrita*-----